

Cadernos do CEDI 11

EÕES e GARIMPEIROS terra e trabalho no Araguaia



Cadernos do CEDI 11

KARDEX	(X)
MC	(V)
PP	()
DOC. GERAL	()

**PEÕES e GARIMPEIROS
terra e trabalho no Araguaia**

CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rio de Janeiro
Junho de 1983

**CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone 205-5197
22241 – Rio de Janeiro – RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66-7273
01238 – São Paulo – SP

Editor
Elter Dias Maciel

Redatores
Carlos Cunha
André A. Toral

Programação Visual
Anita Slade
Martha Braga

Arte final
José Roberto Gouvêa

Produção Gráfica
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício P. de Matos

Conselho Editorial
Elter Dias Maciel
Rubem Alves
Jether Pereira Ramalho
Heloísa Martins
Luiz Roncari

**Composição,
Fotolito e Impressão**
Clip – Rua do Senado, 200
Telefone 252-4610

**Pedidos em cheques para
Tempo e Presença Editora Ltda.**
Caixa Postal 16082
22221 – Rio de Janeiro – RJ

Este Caderno:

Editor
Neide Esterici

**Participação especial
na edição**
Ligia Dabul
Rafael Soares

Colaboradores de edição
Beatriz Araújo Martins
Virgílio Lourencetti Jr.

Fotos
Carlos Alberto Ricardo
Fernanda Macruz
Equipe Pastoral da Diocese
de Conceição do Araguaia (PA)
Equipe Pastoral da Prelazia
de São Félix do Araguaia (MT)
Carlos Brandão
TDC

Mapas
Roberto Dalmaso

5	APRESENTAÇÃO
9	Mapa: Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia
10	Mapa: Prelazia de São Félix do Araguaia
11	O PEÃO ENTROU NA RODA, Ó PIÃO
11	A chegada das empresas
14	O peão entra na roda
15	O peão trabalha
18	Formas de remuneração
20	Cargos e funções dos trabalhadores das empresas
21	Mecanismos de exploração e amparo legal aos peões
26	O peão, o gato, a pensão
28	O cerco contra os peões
29	A reação dos peões
31	Peão: proletário rural?
31	Desafio pastoral
33	O FOGO DO OURO
33	Mineração e garimpagem: formas de extração do ouro
36	Liberação e controle dos garimpos
39	Formas de remuneração no garimpo
40	Organização do trabalho
40	O garimpo e o homem
44	Dialética da camaradagem
47	Garimpeiros e peões
49	A QUESTÃO DA TERRA
49	A estratégia governamental ...
51	... e a estratégia do campesinato
57	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Apresentação

Para as Igrejas de São Félix do Araguaia (MT) e Conceição do Araguaia (PA) colocam-se com muita força os problemas que atingem *peões*, posseiros e populações indígenas. Recentemente, às preocupações com esses grupos vieram juntar-se os problemas que afetam duas outras categorias de trabalhadores da região: os colonos, introduzidos pelas companhias colonizadoras e, já na década de 80, os garimpeiros, grupo mobilizado pela onda de exploração do ouro no sul do Pará. Por suas características sociais, todos os grupos referidos estão identificados com a opção das Igrejas Populares, mas nem sempre as condições em que atuam as Igrejas têm permitido que eles sejam todos, igualmente, assumidos pelas práticas pastorais desenvolvidas. O fato é que, numa região marcada por conflitos de terra intensos e numerosos, além dos serviços especificamente pastorais de catequese, sacramentos e celebração da fé, a situação das populações indígenas e das comunidades de posseiros, assim como os problemas que os afetam diretamente, acabaram por absorver a maior parte das energias dos agentes pastorais. Por força da conjuntura política do país, dominado por um governo autoritário e antipopular que fechava sistematicamente os espaços dos movimentos de base, assumiram essas Igrejas uma função de apoio às organizações de classe e às lutas por condições de existência dos trabalhadores rurais da região. Menos por intenção e muito mais pela força das circunstâncias sociais, radicalizaram-se o discurso e as atitudes políticas em torno da questão da terra. O trabalho pastoral junto aos posseiros assumiu um caráter definidor da presença dessas Igrejas, que o abraçaram numa perspectiva de fidelidade ao Evangelho, coerência com as teses de Medellín e de credibilidade em relação ao movimento popular. Os grupos sociais, alinhados em função da luta pela terra, ficaram radicalmente divididos entre explorados e exploradores, oprimidos e opressores, divisão que marcou de modo decisivo a gama de fiéis atingidos por essas Igrejas e, também, as alianças e oposições que se fizeram. No entanto, logo que o espaço das organizações políticas e de classe se amplia, ganha força maior o discurso missionário, aprofunda-se a prática e a reflexão sacramental e catequética, e ampliam-se os temas em discussão. Trata-se de investir de modo renovado nos itens pastorais, à luz das novas circunstâncias históricas vividas pelas Igrejas e pelo povo. Trata-se também de debruçar-se sobre aquelas parcelas do povo não atingidas no momento precedente. Faz-se forte a preocupação de diversificar o trabalho de modo a atingir outras categorias sociais e responder a outras questões colocadas pela realidade, além daquela imediatamente relativa à luta pela terra. Desenvolvem-se, neste sentido, os trabalhos com mulheres e negros, as práticas com relação à escolarização, à saúde do povo e à participação partidária. Sente-se também a necessidade de desenvolver um trabalho pastoral mais sistemático com colonos, *peões* e, ultimamente, garimpeiros.

Os trabalhos que se seguem dizem respeito a *peões* e garimpeiros e procuram responder à necessidade de conhecê-los melhor para ajudá-los em suas lutas.

Realizados em épocas distintas e a partir de conjunturas sociais diferentes, esses trabalhos têm, no entanto, algumas preocupações básicas comuns que se colocam, neste momento mesmo, como relevantes para a prática pastoral. Uma dessas preocupações

diz respeito à capacidade de luta e resistência do campesinato-posseiro da região frente a situações novas como foi, num certo momento, a introdução das grandes empresas agropecuárias e, mais recentemente, a abertura dos garimpos.

Pensou-se, a princípio, que a resistência do campesinato da região pudesse ser minada, os posseiros sendo absorvidos, no primeiro caso, pela inserção na peonagem, e no segundo, pela demanda dos garimpos. As pesquisas realizadas mostraram que isto, de fato, não acontecia, mas esta questão assumiu uma gravidade muito grande, tanto mais que, como já foi dito, o grande esforço da pastoral estava devotado às comunidades de posseiros.

Outra preocupação refere-se à possibilidade de trabalhar pastoralmente junto aos próprios *peões* e garimpeiros, e de avaliar corretamente suas condições de vida, trabalho e capacidade de mobilização, já que, ao contrário dos posseiros, pareciam muito mais difíceis de conhecer e alcançar devido mesmo à sua grande mobilidade espacial.

Sugestivamente, “O *Peão* entrou na Roda, ô Pião”, “O Fogo do Ouro” e a “Questão da Terra” são os títulos dos trabalhos que se seguem como modesta contribuição à pastoral das Igrejas da Amazônia.

“O *Peão* entrou na Roda, ô Pião” é resultado de pesquisa realizada pela equipe pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia por volta de 1979, com o objetivo de conhecer melhor a vida e as condições de trabalho dos *peões*, trabalhadores das grandes empresas agropecuárias da área, e planejar uma atuação pastoral mais sistemática junto a eles. A pesquisa foi realizada nos municípios de Barra do Garça e Luciara (1) a nordeste do Estado de Mato Grosso e refere-se, portanto, às condições específicas encontradas na área da Prelazia, naquele momento. É bom saber que, sob alguns aspectos, as condições desses trabalhadores sofreram modificações. De fato, na fase de implantação da infra-estrutura das fazendas, o montante dos serviços a serem realizados exige o recrutamento de mão-de-obra em grande escala e obriga as empresas a recrutá-los fora da região. Para garantir sua permanência no serviço, sob condições muito adversas, as empresas tinham que lançar mão de mecanismos de imobilização e o faziam, violentamente, fosse através da instituição da dívida, fosse através da utilização de uma força repressiva composta de jagunços aliados à força policial local. Hoje, os trabalhadores necessários são em menor número e recrutados entre os próprios moradores da área. Isto implica em que os mecanismos de mobilização não se façam mais necessários, configurando uma situação muito próxima à dos *bóias-frias* do sul do país. De qualquer modo, o que aparece em São Félix no momento da pesquisa reaparece, muito provavelmente, em outros lugares da Amazônia onde se implantam novas fazendas. Além disso, as formas de contrato para prestação de serviço, assim como as formas de remuneração e medição das tarefas realizadas continuam a seguir os mesmos padrões, o que justifica a publicação desta pesquisa. Por outro lado, o fato de ela ter sido realizada por agentes de pastoral, a partir de seu engajamento no trabalho pedagógico e político junto ao grupo pesquisado, vem a ser uma motivação para o exercício da reflexão aliada à prática, mostrando um bom resultado da não ruptura entre trabalho político e atividade de produção do conhecimento. Na sua versão original, “O *Peão* entrou na Roda, ô Pião” foi publicado no Boletim Especial da CPT, de abril de 1980.

“O Fogo do Ouro” é outro exemplo do investimento bem sucedido de agentes de pastoral numa prática de investigação sociológica. É uma pesquisa que, além disso,

(1) Com o desmembramento de Barra do Garça e Luciara e a emancipação de três municípios, hoje a área coberta pela pesquisa compreenderia

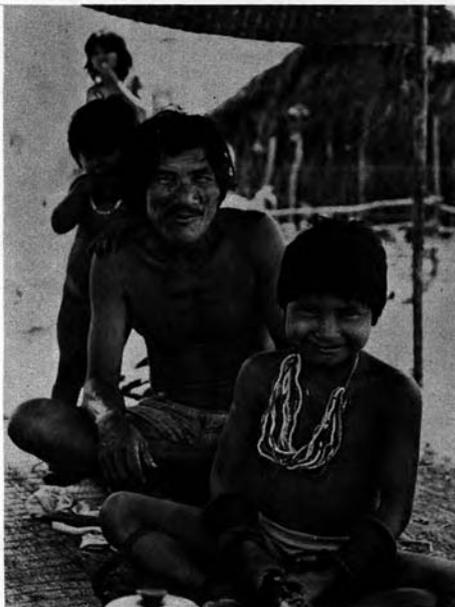
Canarana e São Félix (desmembrados de Barra do Garça), Santa Terezinha e Luciara.



O Araguaia com suas praias imensas, sua rica reserva de peixes e tartarugas foi durante muito tempo a única via de acesso à região e de ligação entre povoados da margem.



Karajá, Tapirapé, posseiros e *peões* marcam com suas festas, seu trabalho e suas lutas a margem esquerda do grande rio.



No imenso painel da Catedral de São Félix, a face do povo está presente na caminhada de Cristo.



Na cerâmica dos Karajá, na imagem do posseiro assassinado, nas coisas mais simples ou na pompa das cerimônias maiores, as Igrejas de São Félix e Conceição do Araguaia celebram o compromisso de sua aliança com o povo.



implicou na cooperação entre membros de duas equipes pastorais: a da Prelazia de São Félix do Araguaia e da Diocese de Conceição do Araguaia. Contou também com a colaboração de Carlos Ghislandi, da Comissão Pastoral da Terra (CPT-Nacional), do Pastor Dieter Netzner, da Diocese de Diamantino (MT), de Fernanda Macruz, pesquisadora da Escola de Folclore, anexa ao Museu do Folclore (SP) e de José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa foi realizada nos anos de 1980 e 1981, refere-se às condições de vida e trabalho em garimpos do sul do Pará, assim como à visão que os próprios garimpeiros e moradores da região têm acerca da garimpagem, e visa conhecer as diversas formas pelas quais se dá o engajamento de trabalhadores rurais nas atividades de extração do ouro, bem como as motivações que os impulsionam. O fenômeno conhecido como “surto do ouro” no sul do Pará, pode ser um fato passageiro na vida dos trabalhadores da região, no entanto, a pesquisa vale muito pelo fato de que os diversos tipos de garimpagem sempre estiveram presentes na vida das populações rurais brasileiras ao longo de muitos séculos de exploração mineral, não sendo, pois, um fato aleatório na trajetória desses grupos.

“A Questão da Terra” é um texto elaborado por Neide Esterici, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Baseia-se em pesquisa realizada junto a *peões*, posseiros e garimpeiros do nordeste de Mato Grosso e do sul do Pará. Coloca em discussão as preocupações acerca da possibilidade de desmobilização da resistência camponesa na região em função da atração exercida pelo “surto dos garimpos”. Contou com a colaboração dos agentes de pastoral das Igrejas de São Félix e Conceição do Araguaia, cuja experiência de contato com a população regional foi a base de informações sobre as quais se construiu o argumento do texto.

A coordenação geral dos trabalhos esteve a cargo de Neide Esterici e, nas discussões, trabalho de edição e busca de ilustrações participaram tanto agentes de pastoral de São Félix e Conceição do Araguaia, como diversos membros da equipe do CEDI.

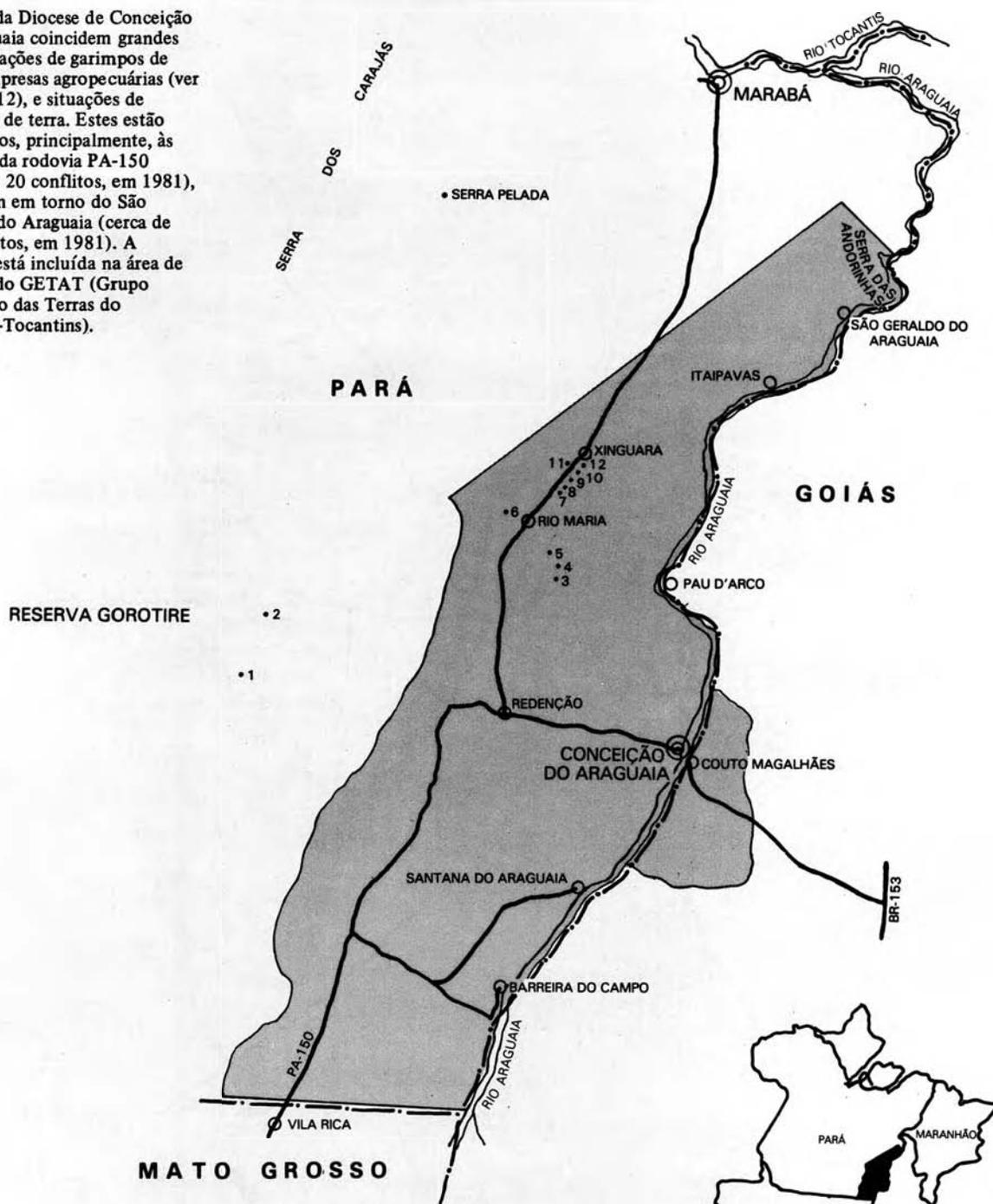
Rio de Janeiro, setembro de 1982

Assessoria à Pastoral Rural do CEDI
Equipe Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia
Equipe Pastoral da Diocese de Conceição do Araguaia

Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia

Estado do Pará

Na área da Diocese de Conceição do Araguaia coincidem grandes concentrações de garimpos de ouro, empresas agropecuárias (ver mapa p. 12), e situações de conflitos de terra. Estes estão localizados, principalmente, às margens da rodovia PA-150 (cerca de 20 conflitos, em 1981), e também em torno do São Geraldo do Araguaia (cerca de 22 conflitos, em 1981). A Diocese está incluída na área de atuação do GETAT (Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins).

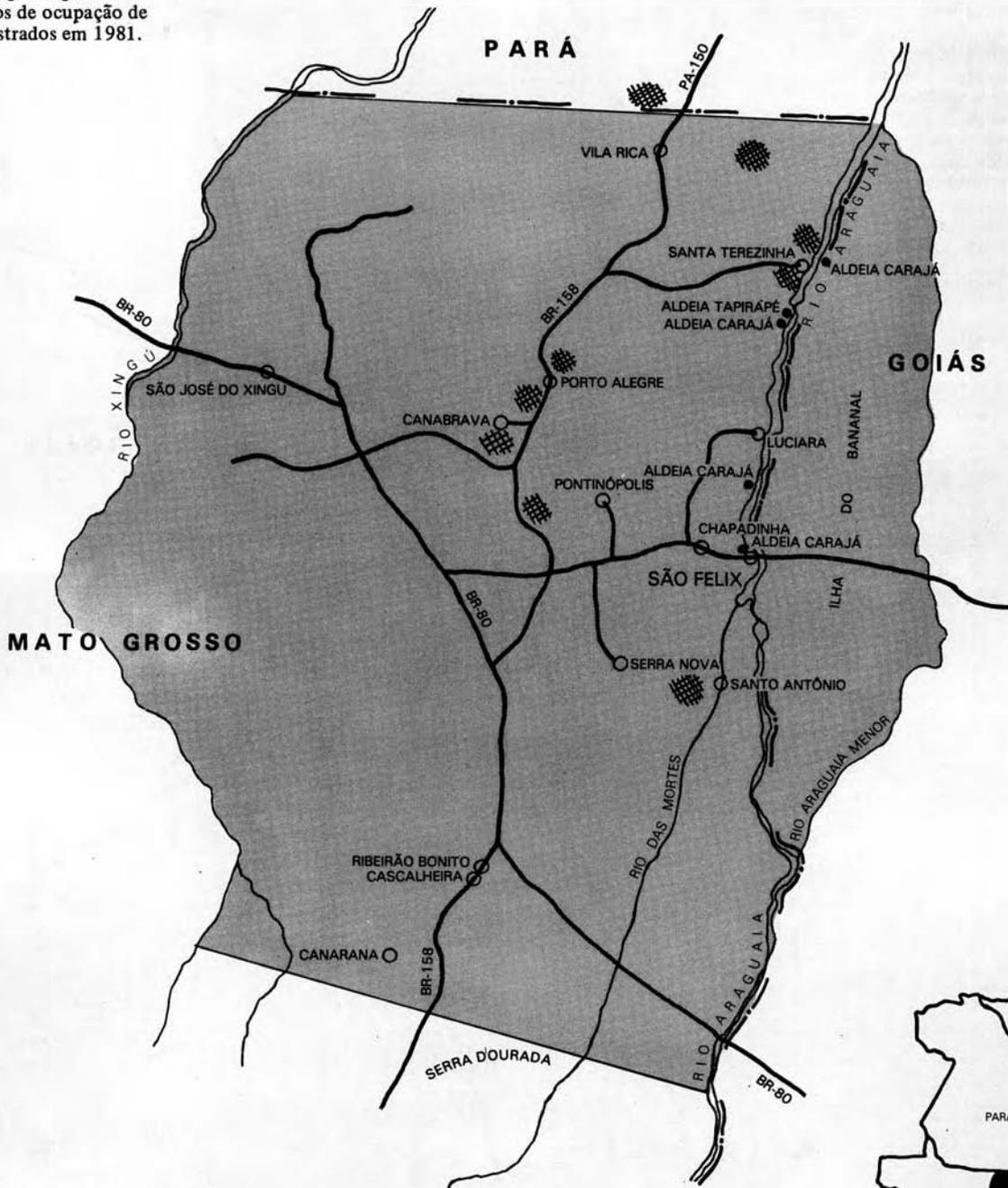


- | | |
|----------------------------|---------------------|
| 1 Cumaru | 7 Grota da Onça |
| 2 Macedonia | 8 Pedro Machado |
| 3 Goiaba | 9 José Mineiro |
| 4 Babaçu (Projeto DOCEGEO) | 10 Gerson |
| 5 Peladilha | 11 Garimpo da Viúva |
| 6 João Doza | 12 Geraldinho |

Prelazia de São Felix do Araguaia

Estado do Mato Grosso

Os pontos aqui indicados correspondem a áreas para as quais se dirigem alguns movimentos de ocupação de terras, registrados em 1981.



 Pontos de ocupação de terra em 1981

O peão entrou na roda, ô pião

Equipe Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia.

*Peão,
Pião,
Não está,
Não é,
Madeira da sorte,
Na roda da morte,
Girando à mercê
Da mão empreiteira,
Da farra matreira,
Da louca peixeira . . .*

D. Pedro Casaldáliga, *Cantigas menores.*



A partir da década de 60, a Amazônia Legal passou a sofrer um novo processo de ocupação. A frente de expansão que a caracterizava, composta basicamente de posseiros provenientes de Goiás e Estados do Nordeste, acordou com a presença de um novo intruso. Ao invés dos tradicionais latifundiários, os novos ocupantes, que caracterizavam a nova frente, se constituíam de empresários, grupos econômicos nacionais ou multinacionais. Esta ocupação representava uma expansão acelerada do capitalismo na região, através de projetos vultosos para o estabelecimento de unidades agropecuárias. Auxílios em dinheiro fornecidos pelo governo cobrindo até 70% do capital das empresas, por meio dos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da isenção de impostos e outras regalias, constituíam um prato apetitoso, para capitalista nenhum botar defeito. Em contrapartida, as empresas teriam deveres e obrigações como a criação de um certo número de empregos, com prazos delimitados para formação de pastos e produção de determinado número de cabeças de gado, e construção de obras infra-estruturais que viessem a fornecer o desenvolvimento da Região.

No entanto, parece que boa parte dessa co-responsabilidade ficou apenas no papel. O que se assistiu, com raras exceções, foi apenas a ocupação das terras.

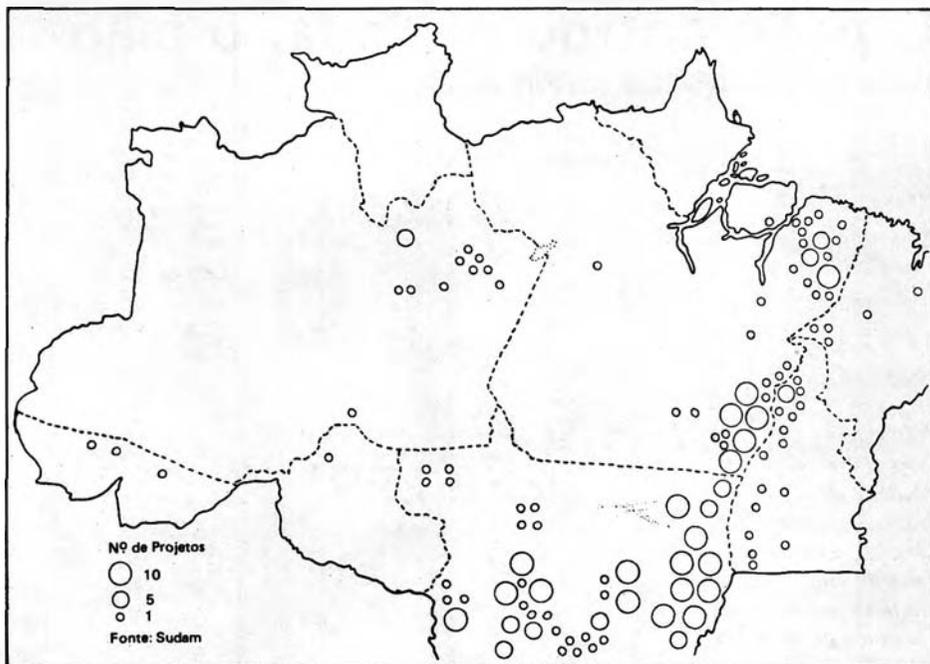
Os trabalhos de implantação dessas empresas couberam, em grande parte, aos *peões*, trabalhadores volantes arrebanhados em Goiás, Maranhão e até em São Paulo, embora o grosso desse contingente saísse do Nordeste.

Os posseiros “amansaram os gerais”; a exemplo, os empresários diziam que “amansavam a Amazônia”: construíam estradas, demarcavam divisas de fazendas, expulsavam posseiros e dizimavam tribos de índios.

E o pasto? E o gado?

A CHEGADA DAS EMPRESAS

Projetos agropecuários aprovados pela SUDAM
 O mapa mostra a grande concentração dos projetos agropecuários na região tratada neste trabalho (Ver Irene Garrido Filha, 1976).



É inegável que foram produzidos; os dados sobre a devastação da floresta amazônica demonstram isso. Mas foi uma produção bem aquém das metas estabelecidas. Na maioria das fazendas, de milhares de hectares, não chega a 10% a terra beneficiada.

*Os tubarões estão querendo
 a terra para revender.*

*Eles querem fazer comércio
 não plantam nem para comer.
 Eu quero avisar
 para todo mundo olhar
 que é para conhecer.*

*As fazendas dos tubarões
 nem uma delas presta.
 Eles não plantam nada
 só estão queimando a floresta.
 Quem quiser saber do certo
 venha olhar de perto
 que a história é certa. (1)*

Os incentivos, estes sim, foram injetados. Parte desse dinheiro foi empregado na implantação das fazendas, no pagamento de jagunços (2), na produção de uma pequena quantidade de cabeças de gado e parte significativa, pelo que se sabe, foi desviada pelos empresários para as suas empresas das cidades e do Sul.

*Os chefes querem vender o Amazonas
 e para pagar os bilhões
 dizendo que esse empréstimo
 é para o bem da nação.*

*Mas eu estou desconfiado
 que quem sai beneficiado
 é general e capitão.*

*Os responsáveis da venda
 parece que estão é malucos
 porque fazenda de estrangeiro
 não vai dar nenhum produto:
 porque só estão fazendo cerca
 e cerca nunca deu fruto.*

(1) Estes versos e os que se seguem são da autoria de Zé das Trovas, lavrador da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT).

(2) Sobre as categorias de trabalhadores das empresas tais como jagunços, gatos, empreiteiros-gerais, gerentes, etc., ver pp. 20 e 21.

Os numerosos projetos de colonização implantados demonstram isso. Esses mesmos latifúndios improdutivos, passaram muitas vezes a ser retalhados em pequenos lotes, para que colonos mineiros, capixabas ou sulistas, iniciassem o beneficiamento das terras. E, novamente, os financiamentos desses projetos saíram do bolso do povo, que paga impostos ao governo. Os riscos caem nas costas dos colonos: se não conseguem se manter, têm suas terras confiscadas. Os empresários, novamente, escapam ilesos usufruindo de enormes lucros.

Essa história está sendo escrita com muita luta, muito sangue, muito sofrimento. Posseiros, *peões*, colonos e índios são os personagens que sofrem essa exploração. De formas diferentes, são vítimas do mesmo capital. Os *peões* são o objeto deste trabalho. Em todos, nossa esperança.

O objetivo que levou à realização deste estudo, foi o de despertar e fornecer aos agentes de pastoral das Igrejas da Amazônia e a todos os que se defrontam com a problemática da peonagem no seu campo de trabalho de base, um instrumento de compreensão e análise. Queremos nos dirigir tanto aos que se sentem impotentes frente a esta realidade trágica e difícil, quanto aos que ainda não perceberam o apelo de um compromisso cristão verdadeiro com esses oprimidos.

Este é um documento inacabado, resultado da reflexão sobre a praxis de alguns agentes pastorais. Ele se propõe a abrir uma discussão sobre formas eficazes de atuação pastoral. Como tal, deve ser testado e reelaborado no decorrer da própria prática.

No Nordeste de Mato Grosso, as grandes empresas agropecuárias dão ênfase a criação de gado no início de sua implantação.



O PEÃO ENTRA NA RODA *O meu nome é Severino
não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos
(que é santo de romaria)
deram então de me chamar
Severino de Maria.*

*Como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.*

*Mas para que me conheçam
melhor vossas senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra.*

João Cabral de Mello Neto,
Morte e Vida Severina



Afastados do seu lugar de origem, de suas relações sociais e de suas famílias, o *peão* carrega a mala com seus poucos pertences, onde quer que uma nova empreita o leve.

“Esse ano vamos derrubar 200 alqueires”. O gerente da fazenda recebe pelo rádio a mensagem do empresário/latifundiário, situado em alguma capital do Centro-Sul do País. O empreiteiro geral, colocado a par do projeto, trata de tomar as medidas necessárias. Logo a notícia se espalha: “a fazenda tal vai tocar uma derrubada” (3). Os primeiros que para lá se dirigem são os *gatos*, ou sejam, os empreiteiros que vão tratar preço e condições para a execução da tarefa.

Em geral, esses *gatos* já tocaram serviço anteriormente na fazenda ou são apresentados por companheiros. São os *gatos* que se incumbem de recrutar os *peões* para trabalhar nas fazendas. As histórias que se seguem dão uma breve idéia da trajetória desses *peões*.

Raimundo Cabeça nasceu às margens do Rio Itaueira, Município de Floriano, Piauí. Pequeno ainda, percorreu com a família dois Estados: Maranhão e Goiás. Depois do sítio pronto, fruteiras dando frutos, chegaram os tubarões e a família saiu atrás de novos gerais, “caçando melhora”. Raimundo está com 20 anos atualmente. Desde que se entendeu por gente começou a ajudar o pai na roça. Mas o que gostava mesmo era de vaqueirar. Nunca teve oportunidade de estudo e o jeito foi pegar na enxada. Depois passou a comprar relógios e revender. Em seguida partiu para *gambirar*: comprava, trocava ou vendia qualquer tipo de objeto – radiola, pulseira, camisa. De vez em quando voltava para a roça, em Goiás, onde o pai tem uma posse e algumas cabeças de gado. Fazia planos de sair para longe, ganhar muito dinheiro e um dia voltar com muita grana.

Tem um primo que há dois anos está no Pará trabalhando em fazendas.

Uma notícia que veio de lá, é que ele está *bamburrando* (4). Zé Piu, um companheiro seu, veio lhe avisar que tinha um empreiteiro na currutela (5), pegando gente para

(3) Ver descrição das tarefas tais como derrubada, abertura de picada, aceiro, etc., nas pp. 17 e 18.

(4) O termo *bamburrar* é tomado à linguagem dos garimpos e significa enriquecer rapidamen-

te, o que nos garimpos acontece quando uma grande pepita de ouro, ou um diamante de grande porte, são encontrados.

(5) O mesmo que arruado, povoado pequeno.

trabalhar em Mato Grosso, para fazer derrubada na mata. O serviço é maneiro e em dois meses o freguês tira uma boa bolada. Viagem, doença, tudo por conta da fazenda, que tem até hospital.

Sr. Supriano tem aproximadamente 40 anos. Recebeu dois mil cruzeiros que deixou com a família, mulher e 8 filhos, para fazer as despesas, enquanto vai se defender por outro meio. É o jeito. A situação está tão difícil — é arrendatário. Bota roça na meia, na fazenda do patrão. E ainda por cima, tem que semear o capim. O gato tinha dito que a fazenda era perto, na divisa com Goiás. Já viajam há 5 dias. Viagem dura e custosa. O que ninguém está gostando é da brutalidade do gato e de seus *bate-paus* (6): não perdem oportunidade para demonstrar que estão armados. Dois revólveres 38 e um Schimit 22. Pedro Maxirimba, que já foi inclusive professor, comenta que na derradeira pensão onde comeram, o dono lhe disse que iam “entrar em boca quente”. Voltar agora, será que vale a pena? Com fé em Deus tudo vai dar certo. Talvez o dono da pensão esteja exagerando.

Suponhamos que uma fazenda esteja implantada. Com sede, campo de pouso, estrada ligando à BR, mil alqueires de pasto formado e os seus 90.000 hectares totalmente cercados. Tem dez mil cabeças de gado.

O PEÃO TRABALHA

Quantos trabalhadores necessita para o seu funcionamento?

Não chega a meia centena. Meia dúzia de vaqueiros dão conta da produção. Alguns funcionários para a gerência e administração, pequeno número de operadores de trator e máquinas. Farmacêutico, professor, mecânico. Dois ou três para cuidar do armazém e pensão. Um pessoal para fazer pequenos consertos e construções e outro para cuidar da serraria. Mais as respectivas famílias de um ou outro, e pronto.

E onde entra o *peão*?

Para melhor compreensão de como o *peão* se insere no processo produtivo das fazendas desde a sua implantação, apresentamos a seqüência, alguns detalhes práticos e a descrição das tarefas necessárias para obtenção do pasto formado e pronto para a engorda do gado.

Uma fazenda começa com um grupo reduzido de *peões* auxiliando o agrimensor a fazer as picadas de demarcação da fazenda. Em seguida, passa-se a construir um campo de pouso e algumas casas da sede. É o que se chama *abrir serviço*. São feitas então as picadinhas para fracionar a área demarcada em lotes. E iniciam-se as derrubadas de mata, de janeiro até julho. Pode-se também fazer derrubadas de cerrado, o que é menos comum. No mês de agosto é feita a queimada das árvores já ressecadas. Logo em seguida, por sobre as cinzas, semeia-se o capim, que receberá as águas do *inverno* (7). Existe ainda o plantio de capim em canteiros, para seu posterior transplante.

Quando o capim se forma, a juquirá se forma junto. O gado, quando vai comer o capim, mói um pouco a juquirá. Aí então faz-se a juquirá, que consiste em roçar esse mato. Queima-se novamente, e o capim renasce. Com duas ou três juquiras, o pasto já está formado, precisando apenas de algumas limpezas de tempos em tempos.

(6) Os *bate-paus* são espécie de olheiros, que trabalham para a polícia ou para a força armada das fazendas.

(7) A categoria *inverno*, corresponde ao período de novembro a março, aproximadamente, época das chuvas.

As cercas são feitas só depois dos pastos já formados, à exceção daquelas que demarcam os limites da fazenda. Na feitura das cercas, apresentam-se três tipos de serviços: fazer picadas, tirar lascas para a cerca, e fazer a cerca já com todo o material no local. Outros serviços decorrentes são: o conserto da cerca, a feitura do aceiro, a lapidação de madeira para currais, etc.

Quando os pastos apresentam ervas daninhas, empregam-se *peões* para a extração das ervas. Em geral, as fazendas pecuárias fazem plantio de milho e arroz apenas para o consumo, empregando *peões* também para o plantio, colheita e ensacamento desses produtos.

A implantação da fazenda começa com pouca gente. Faz-se uma pequena derrubada, uma clareira, para montar a sede. Depois vêm as derrubadas da mata. A quantidade de alqueires a serem derrubados varia de fazenda para fazenda. As derrubadas são de 200, 1000 ou até 5000 alqueires de uma só vez, como foi o caso da Fazenda Pará, envolvendo cerca de 3000 *peões*.

Decidida a quantidade de alqueires a serem desmatados, são contratados agrimensores para lotear a mata. Os lotes em geral são de 10 alqueires, podendo também ser de 5 ou 25 alqueires. É feito o mapeamento da área e os lotes são numerados. Começa então a disputa dos *gatos* na escolha dos melhores lotes. As escolhas são em função do tipo de mata e das distâncias com relação à sede da fazenda, já que os *gatos* terão que prover de alimentação os *peões* no local de serviço e o armazém situa-se na sede da fazenda.

Para uma derrubada de 200 alqueires são contratados cerca de 100 homens. As turmas de *peões* têm que fazer seus barracos em lugares onde haja água. Muitas vezes, os barracos improvisados, cobertos de plástico ou folha de banana brava, situam-se longe do serviço, obrigando-os a andar alguns quilômetros. Um *peão* contratado como cozinheiro faz a comida, que é levada ao pé do serviço por ele ou pelo boieiro.

O capim pode ser semeado de avião ou manualmente. Algumas fazendas preferem a primeira forma, pois não apresenta as falhas do serviço manual.

Passamos em seguida à descrição das tarefas realizadas pelos *peões*.

Na mata improvisa uma habitação precária: toda força que os braços têm se volta para a realização da empreita.



PICADA: É a limpeza balizada para se fazer uma trilha no mato. Utiliza-se a foice, o machado e o facão. Distinguem-se dois tipos de picada: o picadão, com 5 ou 10 metros de largura, para a construção de cercas ou estradas; e a picadinha, com aproximadamente 75 centímetros de largura, para balizar o picadão ou para lotear a derrubada e a juquira.

DERRUBADA: É a limpeza de uma área de mata para posterior plantio de capim. O serviço divide-se em duas etapas. Primeiramente é feito o roço, com a foice cortando o mato mais fino. Em seguida faz-se a derrubada das árvores com o machado. Eventualmente utiliza-se a motosserra. Após a derrubada, espera-se no mínimo um mês para a posterior queimada. O melhor capim para engordar o gado é o colômbio, e como ele dá melhor em terreno de mata, as florestas vão sendo devastadas, desenfreadamente. Além disso, o capim estraga o solo.

A derrubada é um serviço duro, pesado. São três os tipos de derrubada.

Cerrado: Como vimos anteriormente, a derrubada de cerrado é pouco empregada. Menos ainda se apresenta como serviço de *peões*, pois as fazendas preferem executá-lo com maquinaria. Existem fazendas que fazem derrubadas de mata na base de correntões — correntes de algumas tonela-

das — puxadas por dois tratores que trabalham em paralelo. Nesses casos, a derrubada para os *peões* se restringe a locais onde os tratores não operam: na beira de córregos, em solo alagadiço, em relevos.

Aparadão ou Aparado: Trata-se de derrubada de mata onde tudo é cortado, deixando-se apenas e, raramente, os paus tidos como de lei. O aparadão é uma derrubada total e o capim é comumente semeado de avião. Costuma-se deixar, de 200 em 200 alqueires, faixas de 50 metros de mata, para o descanso do gado. Além disso, as faixas servem de obstáculos ao fogo das queimadas, quando não se pretende queimar o pasto vizinho.

Raliadão ou Raliado: Ao contrário do aparadão, deixa-se certa quantidade de árvores sem derrubar, esparsas, uma aqui outra acolá. Por ocasião da queimada, o fogo é tal que de tabela queima-se, às vezes, a parte não derrubada. Resulta uma série de paus secos espalhados pela área. Apresentam-se dois tipos de raliado: o raliado “claro”, que seria o raliado comum; e o raliado “escuro”, em que se cortam apenas os troncos que apresentam menos de 50 centímetros de diâmetro. Além dos gastos de produção do raliado serem menores que os do aparado, na queimada o calor liberado é menor, prejudicando menos o solo.



No primeiro plano, a capoeira; a terra descansa de um ciclo de plantio. Ao fundo, a reserva de mata, onde se fará a “roça nova”.

CAPIM: Costuma-se empregar nos pastos os seguintes tipos de capim: colônião, que é o de melhor qualidade, próprio para solos de mata; braqueara, ou capim de cerrado; jaraguá, de qualidade inferior; e gordura, que é pouco empregado. Para semear o capim, o *peão* utiliza um saco a tira-colo e joga as sementes manualmente (capim jogado). Ele ganha por quilo de capim semeado; porém, para melhor controle do trabalho, certas fazendas pagam pelo rendimento de capim nascido. Outro sistema utilizado é o de plantar o capim. É feito numa área e daí transplantam-se, espaçadamente, as mudas (capim de muda). Neste caso, usa-se a enxada.

JUQUIRA: É a limpeza do mato denso que cresce com o capim. Na juquirá, utiliza-se a foice. Existem juquiras de todo tipo, sendo pagos os preços mais variados. Mesmo assim, usa-se fazer distinção entre a juquirinha ou juquirá baixa, quando o mato é pouco, e o juquirão ou juquirá fechada, quando o mato é de 2 ou 3 anos, sem roço. Tanto a juquirá como a derrubada são pagas por alqueire de área beneficiada.

CONSTRUÇÃO DE CERCA: Em geral, tirar lascas para as cercas é um serviço

distinto e anterior à construção das cercas que requer uma empreita particular. Nela, utiliza-se o machado apenas. Quando se empreita a construção de cercas, o grupo de trabalhadores já encontra o picadão feito com o arame e as lascas no local. As cercas, de arame farpado ou liso, requerem o emprego de cavadeiras, carretilha e ferramentas para prender e cortar o arame. Denomina-se aceiro a limpeza de um a dois metros de cada lado da cerca, como segurança nas queimadas de pasto. Emprega-se facão, foice e enxada. A tiragem de lascas é paga por quantidade e os serviços de cerca são pagos por quilômetros.

As ervas nocivas ao gado são extraídas manualmente ou através de enxada ou de enxada. A remuneração é feita pela quantidade de pés arrancados ou por alqueire.

Algumas fazendas empregam *peões* para colheita de sementes de capim. A remuneração é por quilo de sementes colhidas.

Além dos serviços acima relacionados, os *peões* podem ser requisitados para pequenos serviços de menor importância.

FORMAS DE REMUNERAÇÃO

Existem nas fazendas dois tipos de remuneração dos trabalhadores: por tempo, de onde decorre a denominação de mensalistas, e por produção, que corresponde ao regime de empreitada.

Os mensalistas, em tese, são amparados pela Legislação Trabalhista (8) e pela Legislação Previdenciária Rural (9), gozando dos direitos a férias, décimo-terceiro salário, indenização, aposentadoria, pensão, auxílio funeral, assistência médica, serviço social etc. Conseqüentemente, caso estejam sendo usurpados seus direitos, podem recorrer à Justiça do Trabalho.

Quanto aos remunerados por produção, a Cartilha do Trabalho diz que: "*A empreitada é contrato de natureza civil. Consiste na execução de determinada obra, mediante pagamento de um preço previamente fixado. O empreiteiro pode contratar outras pessoas para ajudá-lo ou mesmo para realizar todo o serviço*" (10). Se o empreiteiro tem alguma questão com a fazenda, ela é resolvida no Foro Civil.

(8) Sua lei fundamental é a Lei nº 5889 de 8 de junho de 1973.

(9) A Lei Previdenciária principal é a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalha-

dor Rural, mais conhecido por PRORURAL, administrado pelo FUNRURAL.

(10) *Cartilha do Trabalho*, Grupo Tarefa da Amazônia, Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência e Assistência Social (apr. 1974).



Com o machado ou a moto-serra os *peões* enfrentam a mata na derrubada: tarefa dura e perigosa.

Legalmente, as relações entre o intermediário (*gato*) e seus empregados (*peões*), são regidas pela Legislação Trabalhista e Previdenciária, devendo o *gato* pagar aos *peões* os ônus descritos acima: férias, décimo-terceiro salário, etc. Os empreiteiros deveriam ter inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA).

Porém, como pouco ou quase nada disso é posto em prática, atualmente, os *peões* acabam sofrendo as conseqüências da desobrigação trabalhista que a fazenda tem com relação ao *gato*.

O *peão* pode ser caracterizado como aquele trabalhador rural braçal, que na atual situação trabalhista criada pelas empresas latifundiárias, trabalha no regime de empreitada, não tendo nenhum vínculo empregatício com a fazenda, tal como os *gatos* e os operários de moto-serra.

Os *peões* podem trabalhar em dois subsistemas de remuneração básicos: com o *gato* (ou subempreita), e em *sociedade*.

COM O GATO: É a forma mais comum. Como vimos anteriormente, o empreiteiro geral empreita os serviços com os *gatos* e estes contratam os *peões* para executar o trabalho. Eventualmente, aparece mais um intermediário, que subempreita do *gato*, e que em alguns lugares é chamado de *retagato*. O *gato* bate um contrato escrito com a fazenda, no qual constam as exigências de execução da empreita, prazos, preço etc. O normal é constar a isenção explícita de assistência médica aos *peões*, sendo apenas responsáveis pelo tratamento da malária. De sua parte, o *gato* faz somente um contrato verbal com o *peão*, sobre as condições de serviço. Distinguem-se dois tipos de contrato:

Cativo: Nesse tipo é tratado um preço por alqueire de serviço e o *peão* arca com as suas despesas de alimentação, ferramentas e extraordinário. O grupo de *peões* tem que ter as tralhas de cozinha, e um deles trabalha como cozinheiro. Mas, todas as mercadorias são compradas do *gato*, o único com autorização para comprar do armazém da fazenda.

Livre: Como o próprio nome diz, a remuneração do *peão* é livre de quaisquer despesas. O *gato* providencia a alimentação e leva a bóia ao serviço. O preço do serviço pelo contrato *livre* é sempre a metade do estabelecido pelo contrato *cativo*. Assim, por exemplo, se o pagamento da juquirá é

de Cr\$ 1.000,00 por alqueire na forma *cativa*, na *livre* o *peão* recebe Cr\$ 500 00. Em geral o *gato* determina uma certa quantidade de serviço para cada *peão* realizar, por exemplo, 2 alqueires na derrubada. Estes podem trabalhar individualmente, ou organizarem-se em grupos de 4 ou 6 homens para realizar uma área comum. Esses pequenos grupos de trabalho, tanto no sistema *cativo*, *livre* ou *sociedade*, são chamados de *times*. Sempre existe um representante do grupo, que é chamado de *chefe de time*.

EM SOCIEDADE: Nesse esquema de trabalho, o *chefe de time* faz o contrato escrito com a fazenda para o qual ele

passa a exercer a função de empreiteiro: único autorizado a retirar mercadorias, fazer acerto de contas etc. Entretanto, ele trabalha diretamente na produção. O *time* faz rodízio para fazer a comida e o *saldo* é dividido equitativamente, a cada um cabendo pagar os seus extraordinários. Quando as tralhas de cozinha são de propriedade de apenas um dos *peões*, este recebe uma porcentagem adicional.

DIÁRIA: Uma outra forma menos comum de remuneração é a diária, pela qual o *peão* recebe por jornada de trabalho. É um sistema empregado em fim de empreita ou em pequenos serviços.

CARGOS E FUNÇÕES DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS

Além das tarefas executadas pelos *peões*, existem aquelas pelas quais são responsáveis outros trabalhadores. Para dar uma idéia mais global do quadro de trabalhadores de uma empresa, descrevemos a seguir os demais cargos e funções:

Gerente ou Administrador Geral: Através da orientação recebida pela diretoria da empresa, exerce o papel central de administrar as tarefas. Faz os contratos de trabalho, executa os despachos gerais, é responsável pelo dinheiro, distribui serviços e também os fiscaliza. Os impostos e a burocracia referentes à empresa ficam a cargo da diretoria.

Contador: Faz os pagamentos e cuida da burocracia interna. Substitui o gerente quando necessário.

Auxiliar de Escritório: Executa serviço de datilografia, auxilia o contador e o gerente e opera o rádio de transmissão.

Capataz: É o responsável pelo manejo interno do gado e chefia o serviço dos vaqueiros: coordena a vacinação e a inseminação artificial. A compra e a venda do gado compete à diretoria.

Fiscal Geral: Fiscaliza e recebe os serviços empreitados pelos *gatos*: cerca, derrubada, juquirá etc. Auxilia o gerente na distribuição de serviços aos tratoristas.

Empreiteiro Geral: É o responsável pela distribuição dos serviços aos *gatos*. Ele é contratado como mensalista, mas tira altos saldos, na medida em que entrega a empreita ao *gato* a um preço menor que o estabelecido pela fazenda.

Jagunços: Compõem o aparelho repressor das fazendas. Estão sempre presentes, às vezes de forma escamoteada. Ganham o título de "fiscal". Profissionais da violência, estão a serviço dos intermediários para possibilitar a superexploração dos *peões*.

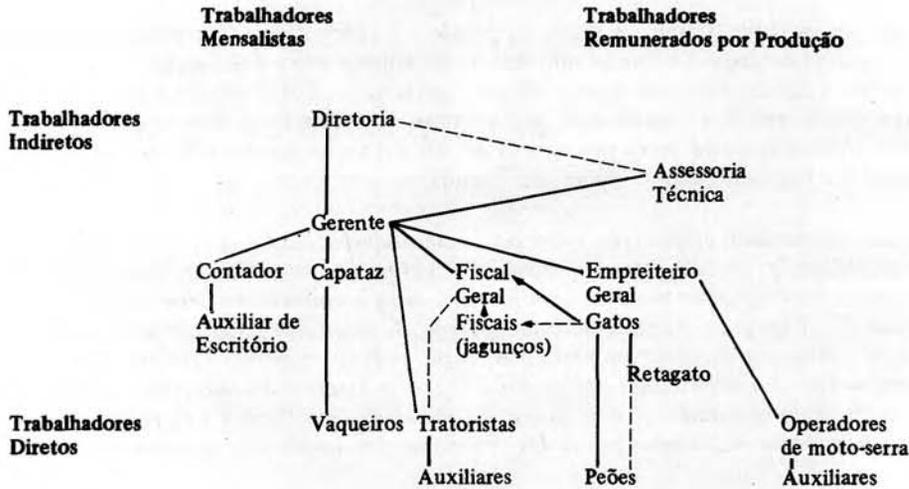
Tratoristas: Trabalham com tratores de carreta fazendo transportes internos de mercadorias, material, estacas, arame para cercas etc. Fora, nos povoados, compram mantimentos ou mesmo arrebanham *peões*. Os operadores de máquinas trabalham com motoniveladoras e variantes nas derrubadas de cerrado, limpeza de áreas, abertura de estradas.

Operadores de Moto-serra: Trabalham no corte de madeira-de-lei para serraria e cerca, e mesmo em derrubada de mata. A moto-serra é de sua propriedade, arcando ele mesmo com despesas de combustível e manutenção.

Auxiliares: Ajudam os tratoristas, operadores de máquinas e de moto-serra nas suas tarefas, efetuando carga e descarga de material, manutenção etc.

Vaqueiros: Cuidam do gado: dividem em pastos adequados, tratam das doenças, fazem vacinação e inseminação, retirada de leite etc. Conforme o porte da fazenda, formam pequenos grupos espalhados em retiros.

Gatos: Pegam empreita de serviços que empregam mão-de-obra braçal. Em geral não trabalham na empreita, apenas funcionando como coordenadores das tarefas, fornecendo a assistência necessária para a realização das mesmas: ferramentas, alimentação, extraordinários (roupa, cigarro etc.). Os *gatos* fazem um contrato escrito com a fazenda e se enquadram na categoria de trabalhadores autônomos.



Esquema de funções, posições e formas de remuneração numa empresa agropecuária da região.

Apresentamos a seguir alguns mecanismos de exploração dos *peões* utilizados pelas fazendas. Sempre que possível citamos os direitos legais contidos na Legislação Trabalhista e Previdenciária, atualmente existentes. Caberia, inclusive, questionar o conteúdo dessa legislação. Entretanto, a evidência de não estar sendo cumprida, como veremos, já dá uma dimensão da situação dramática em que os *peões* se encontram. As citações sobre legislação foram extraídas da Cartilha do Trabalho anteriormente mencionada.

MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO E AMPARO LEGAL AOS PEÕES

Os serviços são mais remunerados e os salários oferecidos são totalmente arbitrários. Cada intermediário da empreita ganha o seu quinhão e, por fim, o preço final vai depender de quem oferece o trabalho.

Salário

Um exemplo ocorrido numa fazenda do Mato Grosso: um *gato* pagou Cr\$ 2.000,00 o alqueire da derrubada de cerrado, no sistema *cativo*. Os *peões* fizeram parte do serviço e largaram para pegar o mesmo serviço na mesma fazenda, mas com outro *gato* que pagava Cr\$ 3.000,00. Os *gatos* recebiam Cr\$ 3.200,00 por alqueire de serviço.

“O salário contratual é o combinado entre o empregador e o empregado, quando este começa a prestar serviços. Nunca poderá ser inferior ao salário-mínimo geral e a Lei não fixa limite máximo. Pode haver descontos, desde que o empregador forneça alimentação, habitação ou outras utilidades. Os descontos para os rurais corresponde a 22% em alimentação e 20% em residência”.

Muitos *peões* não recebem logo após o término do serviço, esperando vários meses até que a remuneração prometida seja paga. Como as distâncias são grandes, quando se encontram em outras fazendas ou nos povoados, têm que gastar um certo dinheiro na condução. É frequente ir à fazenda e sair com mais promessas: *“O dinheiro ainda não chegou, volte aqui a 15 dias”*. Muitos deles desistem, pois os gastos em viagens acabam não compensando.

“O pagamento dos salários deve ser feito no local do serviço e durante o horário de trabalho ou imediatamente após o término dos trabalhos”.

Quando os *peões* resolvem ficar esperando pelo pagamento as despesas de alimentação continuam correndo por sua conta, o que acaba diminuindo o *saldo*. Nesta situação as fazendas fornecem um vale no qual consta a importância a ser recebida pelo trabalhador. Cientes de que determinados *peões* preferem ter algum dinheiro o mais imediatamente possível, certos *gatos* ou funcionários compram o vale desses, fornecendo um valor inferior ao do vale, até mesmo a metade.

É comum os *gatos* tirarem os *peões* da pensão e levá-los para a fazenda sem fornecer informações precisas. Chegando no local de trabalho é que o *peão* acaba se inteirando do preço e das condições do serviço. Mesmo que o trato não lhe agrade, a desistência se torna difícil devido ao isolamento, às distâncias, ao *abono* ou à falta de dinheiro para voltar. Vez por outra se escuta o caso de um *gato* que recebe todo o dinheiro da empreita e foge sem pagar os *peões*. As fazendas se isentam da culpa.

Na subempreitada o empreiteiro principal é responsável solidário com o subempreiteiro pelas obrigações trabalhistas assumidas pelo mesmo. Assim sendo os empregados do subempreiteiro poderão reclamar contra ele, contra o empreiteiro principal ou contra ambos (...). Quando o empreiteiro desaparece, os fazendeiros são também culpados, porque deveriam escolher empreiteiros entre pessoas capazes, economicamente e moralmente, de cumprir suas obrigações (...). Se o empreiteiro não pode suportar os encargos da empreitada, o que existe, na realidade, é a burla à Lei, reconhecido o fazendeiro como responsável por todos os pagamentos devidos aos trabalhadores”.

Tempo de Serviço

Os *peões* não recebem das empresas as gratificações legais referentes aos períodos que trabalham nas fazendas. Como vimos anteriormente, os *peões* estão amparados pela Legislação Trabalhista, sendo o empreiteiro obrigado a pagar indenização férias, gratificação natalina e aposentadoria por tempo de serviço.

Duração de Trabalho e Descanso

Como na empreitada, o empreiteiro tem que cumprir um prazo de tempo para a realização do serviço, ele pressiona os *peões* para que trabalhem o máximo possível. O próprio caráter de remuneração por produção induz a isso.

“A duração do trabalho para os braçais é de 8 horas, podendo ser fixada em 6 horas ou menos”.

“O trabalho executado além dos limites fixados pela lei ou pela empresa é considerado em hora-extra. As horas extraordinárias são pagas com um acréscimo sobre o valor da hora normal”.

O sistema de empreitada permite não serem observados os seguintes descansos: *“descanso entre duas jornadas de trabalho, que não pode ser inferior a 11 horas; descanso semanal, que é de 24 horas consecutivas; o intervalo para repouso e alimentação. Serão observados os costumes e usos da região; repouso remunerado nos dias feriados civis e religiosos, quando nacionais ou municipais; férias”.*

Previdência Rural

A imensa maioria das fazendas, quando muito, assume o tratamento de malária; de resto, elas se isentam de qualquer responsabilidade. São incontáveis os casos fatais de *peões* acidentados ou doentes que morrem por falta de transporte e assistência — recursos que as fazendas se negam a fornecer.

“Para estender a Previdência Social ao homem do campo, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), que consiste na prestação dos seguintes benefícios: aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço social e serviços de saúde. Este último compreende: prevenção às



Morrer anônimo, longe da família, é o tormento maior dos *peões*. Aqui, os companheiros, com a ajuda da

comunidade de posseiros, enterram com dignidade o *peão* morto.

doenças e educação sanitária; assistência à maternidade e à infância; atendimento médico e cirúrgico; exames complementares; assistência odontológica, clínica e cirúrgica”.

As fazendas que têm farmácia, cobram dos trabalhadores preços exorbitantes pelos medicamentos e tratamentos por elas realizados.

Identificação Profissional

As fazendas e empreiteiros fazem apenas um contrato verbal com os *peões*, excluindo-os de qualquer proteção legal.

“A carteira do trabalho e previdência social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural. Para as pessoas sem documentos, instituiu-se, na Amazônia Legal, a Carteira Profissional Provisória (CPP). Para maior facilidade, o Ministério do Trabalho permitiu que a emissão da CPP seja feita, de preferência, nos locais de trabalho, obrigando-se o empregador a facilitar os meios necessários, inclusive transporte, pousada, alimentação e fotografias. Para a Previdência Social Rural o empregado não contribui, não podendo ser descontado de seu salário”.

O Fornecimento de Mercadorias e o Armazém das Empresas

Devido às dificuldades de transporte e distância, os armazéns das fazendas monopolizam as vendas de mercadorias impondo o preço que lhes convém.

“Não pode a empresa obrigar o trabalhador a utilizar-se de seu armazém ou fornecimento. E por esse motivo exige a Lei que as mercadorias sejam entregues a preços razoáveis, considerados em relação aos vigentes na praça. Por sua vez, as autoridades administrativas vêm considerando razoáveis os preços que não ultrapassam a 10% dos valores dos preços vigentes nas cidades mais próximas”.

Tem-se registro de fazendas onde os preços das mercadorias chegam a 300% do valor dos preços nos povoados. Como afirmam os *peões*, o *gato* ganha em cima do trabalho deles e nas mercadorias que fornece. Como o empreiteiro é o único autorizado a retirar as mercadorias do armazém, ele impõe um novo acréscimo aos preços. No sistema *cativo*, o *gato* ganha nos gêneros de primeira necessidade e nos extraordinários. No sistema *livre*, a exploração se dá sobre os extraordinários e na qualidade da alimentação.

“O desconto do salário, de 25%, é pelo fornecimento de alimentação sadia e farta”.

Como vimos, quando o *peão* come por conta do empreiteiro, seu salário é 50% inferior ao do sistema *cativo*. Como se não bastasse, aproveitando-se do analfabetismo e do fato de muitos *peões* não controlarem as suas despesas, o *gato* acrescenta, no acerto de contas, mais mercadorias do que foram realmente fornecidas.



A estrada de acesso às roças, ficou dentro dos domínios da grande empresa. Este cercamento da terra, antes livre, é uma violência à qual os posseiros ainda não se acostumaram.

As despesas de transporte do povoado até as fazendas, embora sejam pagas pelos funcionários da administração, são debitadas no *saldo* dos *gatos*, que por sua vez descontam do salário dos *peões*. Algumas fazendas aumentam para si essas despesas, mas sempre o transporte de saída é por conta do *peão*.

Transporte

Fazendas distantes, ou de precário acesso transportam os trabalhadores de avião. Na época das chuvas, quando o transporte terrestre chega a ser interrompido a única saída é o avião, o que força o *peão* a continuar trabalhando na fazenda, sujeito às condições que lhe são impostas.

Os instrumentos de trabalho são comprados pelos *peões*, assim como roupas de serviço e calçados.

Outros Mecanismos

"Não podem ser descontados dos salários os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos ao empregado e utilizados no local de trabalho, para a prestação dos respectivos serviços".

Os serviços mais comuns de derrubada e juquia, dão quase sempre, em suas medidas finais, figuras geométricas irregulares. Como os *peões* recebem por alqueire de área beneficiada, seriam necessários uma medição e cálculos precisos para estipular o salário correto. Na realidade, isso não acontece: roubo na medição erro intencional nas contas e o método aproximado de cálculo de área, amplamente empregado, fazem sempre com que a área medida seja menor do que a real.

No *inverno*, época das chuvas, muitos dos serviços feitos pelos *peões* ficam impossibilitados de serem realizados além de criar dificuldades para a execução de alguns outros. Portanto, é a época do desemprego. Certas fazendas se aproveitam dessa situação oferecendo serviços a preços baixíssimos. Muitos aceitam as condições, praticamente a troca de alimentação, para não passarem fome.

Existem inúmeras outras formas que os intermediários usam para explorar o mais possível a força de trabalho do *peão*. Os mecanismos acima apontados, embora geralmente empregados, não são, necessariamente, encontrados em todas as empresas. Cada intermediário ou fazenda utiliza criativamente seus artifícios.



A volta para casa ou simplesmente o círculo vicioso dentro do qual o *peão* se move de uma fazenda a outra, sujeito ao mercado de trabalho, sem alternativa e sem família?

Nas portas das pensões, os *peões* se põem à espera de um novo contrato, um novo período de trabalho na mata.



O PEÃO, O GATO, A PENSÃO

“Esse ano vamos derrubar 200 alqueires”. O gerente da fazenda recebe pelo rádio a mensagem do empresário/latifundiário situado em alguma capital do centro-sul do país. O empreiteiro-geral, colocado a par do projeto trata de tomar as medidas necessárias. Logo a notícia se espalha: “a fazenda tal vai tocar uma derrubada”.

Os primeiros que para lá se dirigem são os *gatos*, ou sejam, os empreiteiros que vão tratar preço e condições para a execução da tarefa.

Acertada a empreitada, inicia-se o processo de recrutamento dos *peões*.

O *gato* se dirige ao povoado mais próximo da fazenda, ou aquele patrimônio onde ele está ciente de encontrar muitos *peões* ou ainda onde ele já tem a praça. Quando a demanda é grande os *peões* são arrebanhados em outros Estados ou regiões, com a cobertura das empresas.

O número de alqueires que o *gato* pega para tocar serviço depende da experiência acumulada e principalmente do número de homens que ele tem capacidade de coordenar. Há *gatos* que chegam a supervisionar 200 homens. É claro que nesse caso ele conta com o auxílio de subempreiteiros. Pois bem, um *gato* precisa de 30 homens e está no povoado. Onde encontrá-los? Os pontos-chave são as pensões. Aí é que se hospeda o *peão* típico, o chamado *peão do trecho* (11). Sozinho no mundo há anos, solteiro ou separado da mulher e filhos, tendo deixado a família no Estado de origem, chega na maioria das vezes atraído por falsas propostas, e vai ficando.

A pensão é a casa onde ele passa a morar, temporariamente, enquanto não retorna às fazendas. Então, os companheiros e mesmo os donos da pensão, têm uma certa afeição para com ele. A pensão se constitui na família que ele não tem. Embora esse

(11) Além do *peão do trecho*, aparece entre os recrutados um outro tipo de trabalhador: o *peão morador*. Com família na localidade, é um trabalhador sazonal que se emprega nas fazendas nas épocas em que se vê apertado, com falta de serviço. São pedreiros, oleiros, posseiros, fazedores de bicos e até mesmo pequenos comer-

ciantes. Os rapazes, filhos desses, também fazem parte desse grupo. O *abono* que recebem do *gato*, é para deixar com a família, para despesas, até que voltem. Este trabalho se refere mais aos *peões do trecho* do que aos *peões moradores*.



No povoado, a roupa nova, o descanso, o contato com as mulheres; na mata, a solidão de um barraco, a rede e a mochila.

acolhimento dos proprietários das pensões, em primeira instância, esteja alicerçado em cima de interesses, nota-se, ainda assim, em muitas pensões, uma forte presença do fator humano. Isto, aliás, leva o *peão* a se hospedar sempre na mesma pensão.

O *gato*, às vezes, traz um dinheiro para aliciar o *peão*: paga sua despesa de pensão (12) ou ainda dá-lhe um adiantamento para gastos eventuais antes de partir. É o que se chama de *abono*. A partir daí o *peão* se coloca sob as rédeas do *gato*.

“O abono é crucial no estabelecimento da relação, pois cria a dívida e, portanto, garante a imobilização do trabalhador no momento em que outras formas de coerção não têm condições de se exercer. Suponhamos, por exemplo, antes de se deslocar para o local de trabalho, mas, já depois de ter-se comprometido com um intermediário que outro lhe ofereça melhores condições. Nesta situação, só o abono pode restringir suas possibilidades de desistir do compromisso” (13).

A essas dívidas, contraídas pelo pagamento das despesas da pensão e pelo *abono*, acrescentam-se as despesas de viagem para a fazenda, que podem ser debitadas do seu salário final e, ainda, como já vimos anteriormente, as despesas com a sua manutenção durante o tempo de trabalho.

Exploreemos um pouco mais a importância da pensão como centro de recrutamento. Vários aspectos vale a pena ressaltar. A relação que o *gato* tem com o dono da pensão é decisiva. Dela depende levar ou não os *peões*. Se o *gato* paga a dívida de hospedagem e alimentação que o *peão* contraiu da pensão, ele se “apropria” do *peão*. Porém, isso não é o mais freqüente. Em geral, o *gato* vem com pouco, ou sem dinheiro para *abonar* as dívidas dos *peões*. Ele retira o *peão* para pagar algum tempo depois. É como se ele comprasse o *peão* “fiado”. Caso o *gato* não tenha credibilidade frente ao dono da

(12) “Esta transferência de dívidas é que se vê muitas vezes denunciada como compra ou venda de peões. Embora encubra a natureza específica da transação em jogo, a expressão não é de todo inadequada, pois, ao aludir à relação escravista, aponta para o cerceamento do trabalhador enquanto livre vendedor de sua força de

trabalho, que caracteriza a relação tipicamente capitalista.” Esterci, N., *Peonagem na Amazônia*, DADOS, nº 20, 1979, p. 125.

(13) Idem, p. 125

pensão, a transação não se opera. A interferência do *peão* na transação é secundária, quando não desprezível.

“O que está em jogo é a perda, por parte do trabalhador, de sua condição de livre possuidor de sua força de trabalho: ele passa, através da dívida, de livre a escravo: de possuidor de uma mercadoria, a mercadoria” (14).

Entretanto, com determinados *gatos* ou fazendas, o dono de pensão pode fazer parte da máquina de recrutamento dos *peões*.

Ao mesmo tempo que um *gato* está à caça de *peões*, estes estão à caça dos *gatos*. Por isso, quando um *gato*, em geral conhecido, chega a um povoado, ele é logo procurado, muitos lhe implorando para serem levados. A cena lembra um político rodeado de eleitores pedindo favores.

Conseguido um mínimo de homens, após alguns dias, o *gato* contrata uma camioneta para levá-los até a fazenda. Às vezes o motorista, à semelhança do dono de pensão, ajuda no recrutamento dos *peões*. Existem casos ainda em que comerciantes e polícia fazem parte dessa máquina.



Este *peão* traz as marcas da violência dos jagunços da fazenda. No peito, o símbolo de uma relação que ficou longe no espaço.

*E se somos Severinos
iguais em tudo na vida
morremos de morte igual
mesma morte Severina.*

*Que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia.
E de fraqueza e de doença.
É que a morte Severina
ataca em qualquer idade
e até gente não nascida!*

João Cabral de Mello Neto

As condições trágicas e eminentemente conflitivas às quais os *peões do trecho* estão sujeitos só se mantêm graças ao uso ostensivo da força armada das fazendas. De caráter intimidativo e repressivo, ultrapassa os limites das fazendas e invade os povoados: no trabalho ou no lazer, o manto do terror onipresente no cotidiano do *peão*.

Como ressalta Neide Esterci, *“a instituição da dívida só adquire plena eficácia, como mecanismo de imobilização, se tem a respaldá-la um contingente armado suficiente e adestrado para promover buscas e realizar capturas”*. (15)

Os *peões* insubmissos, que se rebelam contra a imposição de seus mandantes, reagindo até com a fuga, podem pagar com a morte. Na década passada e no início desta, inúmeras fazendas no Mato Grosso, Pará e Maranhão tiveram os seus primeiros pastos calcinados por corpos e sangue de trabalhadores.

“Calcula-se em 300 o número de trabalhadores mortos nas derrubadas da CODEARA (MT), até a intervenção da Polícia Federal, libertando 1000 peões que viviam em

(14) Idem, p. 123

(15) Idem, p. 129.

regime de escravidão". E mais adiante, no depoimento de um sobrevivente: "Da nossa turma tinha ido para CODEARA dois barcos cheios, saímos de São Félix 300 peões. Desses, pelo menos, uns sessenta desapareceram lá. Só da Bahia chegaram uns 400 baianos, e se sobrou uns quarenta foi muito, se acabou tudinho de maleita e maus tratos" (16).

Essa situação, em parte abrandada nas áreas onde a frente pioneira já se instalou há um certo tempo, perpetua-se até hoje. O profissional desse aparato repressivo é o jagunço que age abertamente, embora as fazendas se recusem a admitir sua existência. Muitos jagunços têm na sua carteira de trabalho o registro: "fiscal de derrubada" ou "fiscal de divisa". Em determinadas fazendas, patrulhas de jagunços são incumbidas de vigiar os *peões* em serviço. Quando estes fogem, são perseguidos, trazidos de volta e punidos com espancamentos ou com a morte.

Além do jagunço, quase todo corpo de funcionários da fazenda se relaciona armado com os *peões*. *Gatos* e seus *peões* protegidos, os assim chamados *bate-paus*, são também protagonistas de represálias e matanças de *peões*. Cultiva-se sempre uma imagem de que os *peões* são violentos e traiçoeiros. A desconfiança dos trabalhadores indiretos frente aos *peões* faz com que aqueles se imponham através do uso de armas como artifício para criar uma relação de autoritarismo e desprezo.

Nos povoados é a política do Estado que exerce o terrorismo, prendendo e judiando arbitrariamente dos *peões*. Há casos de soldados que trabalham em combinação com raparigas e donos de cabaré para roubar o dinheiro dos *peões*. Já houve caso em que a polícia prendeu *peões* para "vendê-los" a empreiteiros. Quando solicitada pela fazenda, a polícia prontamente tem cumprido o seu histórico papel de defensora das classes dominantes.

Vale ressaltar que toda essa criminoso máquina, com igual violência, tem sido empregada na expulsão de posseiros e índios de suas legítimas terras. E, seguindo as leis do capitalismo, grupos de pistoleiros têm se chocado em disputas de terra reivindicadas por duas ou mais fazendas, numa demonstração de que, no caso, as conquistas ainda são efetivadas na boca do "38".

Lembramos ainda que nos casos considerados de "extrema tensão social" pelas autoridades, o Exército ou a Polícia Federal têm aparecido e, numa postura à Robin Wood, resolvem as questões, aparentemente e de forma imediatista, em favor dos fracos e dos oprimidos. É por isso que gozam de enorme reputação, particularmente entre os *peões*.

Pelo quadro que apresentamos até agora, percebe-se que os *peões* são uma categoria de trabalhadores rurais mergulhada em condições muito adversas.

A REAÇÃO DOS PEÕES

O isolamento prolongado no trabalho, a alta rotatividade, a inexistência de raízes num determinado povoado, a marginalização social a que estão sujeitos, entre outros fatores, parece dificultar aos *peões* a busca de formas de organização para a defesa de seus interesses. Apesar disso, registram-se formas de resistência tanto individuais quanto coletivas.

Há casos em que um *peão* se revolta contra a exploração e submissão, eliminando fisicamente, por um ato individual, seu opressor imediato: *gato*, jagunço ou gerente.

(16) *Memórias do Inferno*, Semanário Movimento, nº 160, julho de 78.

Acontece também que, quando uma fazenda vende mercadorias a preços excessivamente altos, atrasa os pagamentos sistematicamente e não dá nenhum tipo de assistência a seus trabalhadores, essas informações são passadas adiante e podem fazer com que ela tenha dificuldades de recrutar mão-de-obra.

Em termos de reações coletivas, registram-se casos de turmas inteiras de *peões* que, por não concordarem com o tipo de tratamento que recebem e com as condições de trabalho impostas pelo *gato*, abandonam a área de serviço, deixando-o inacabado. Ao sair sem repor o *abono* recebido, “dão o tombo no *gato*”, deixando-o numa situação difícil, pois há prazos a cumprir, e buscar uma nova turma significa atraso e mais despesas.

Quando um *gato* foge com o dinheiro da empreita, acontece de os *peões* identificarem as fazendas como responsáveis. Há casos de centenas de *peões* cercarem a sede de uma fazenda, exigindo pagamento, sob ameaça de depredação e de morte para o gerente. Reações deste tipo são denominadas “greves” e têm tido êxito nos casos em que ocorreram. A ocorrência das “greves” levou as fazendas a uma nova prática: só depois de fazerem o acerto de contas com todos os *peões* é que os empreiteiros recebem a sua parte.

No trabalho, os *peões* costumam deixar o que chamam de “cobras”: calculam o percurso que o fiscal irá fazer na conferência do serviço, no momento de entrega, e deixam uma parte sem fazer, em local que o fiscal não consiga ver. É uma forma de resposta à exploração que sofrem.

As formas de organização para o trabalho também podem ser vistas como formas de defesa postas em prática pelos *peões*. Assim é que um grupo de trabalhadores pode eliminar a mediação do empreiteiro, constituindo um *time* ou *sociedade*, liderada por um dos companheiros, o *chefe de time*.

Podemos dizer ainda que o potencial de solidariedade interna dos *peões* é algo a ser investigado, mas ele aparece com muita clareza em casos de doença e nas horas de farra, e nas dificuldades percebe-se um grau significativo de companheirismo entre eles. Apesar das contradições, o “ser *peão*” parece ser um fator de apoio e identidade.

Finalmente, os *peões* têm também formas matreiras e poéticas de expressar suas reações às condições que lhes são impostas:

*Eu sou peão roliço
bom de bóia
ruim de serviço
faço cobra, dou nó cego
viro logo o setenta
e o gato é que se arreventa.*

*Sou mordido
gambireiro
no baralho o rei do leque
rapariga comigo é no cheque.*

*Brigo, brinco, me arregaço
encho o rabo de cachaça
milico pra subir em mim
não sobe que se desgraça.*

*Mas cada dia que acordo
sinto o sangue mais pouco
e o pau e o machado
e meu braço e o toco
e quem me mata
maltrata
pinta o salameco
um dia morre, meu compadre,
corre senão te pego.*

Peão do trecho, anônimo



Quem mergulha na problemática da peonagem tende, à primeira vista, a achar que o *peão* é o similar do operário urbano. Os inúmeros aspectos ressaltados até aqui, neste trabalho, já tornam evidente a distância que os separa em termos de relações de produção. O operário é colocado na condição de livre possuidor de sua força de trabalho, ao passo que o *peão*, através do adiantamento a ser deduzido do seu trabalho, torna-se como que propriedade de outras pessoas, o que vem a ser forma dissimulada de escravidão.

Como vimos, o *peão do trecho* é usado fundamentalmente no momento de abertura das fazendas e, em menor escala, nos momentos de ampliação. Portanto, é um trabalhador episódico. De uma forma simplista, podemos afirmar que é um trabalhador que vai existir enquanto existirem fazendas para serem abertas. Por isso, o excesso de mão-de-obra é um dique que garante uma constante alimentação. A empresa rural não se importa se o *peão do trecho* morre ou não. Ao contrário a indústria precisa garantir a constante reprodução do operário.

Nas empresas a que estamos nos referindo os trabalhadores permanentes são os mensalistas (vaqueiros, tratoristas, funcionarios da administração); como assalariados, estes se enquadram nas relações capitalistas típicas. Entretanto em contraste com as grandes massas trabalhadoras de *peões*, eles se constituem numa certa "aristocracia rural assalariada", dada a diferença numérica e os "privilégios" (privilégios apenas de terem assegurados seus direitos trabalhistas legais).

O significado do ganhar/gastar parece ser muito particular nas condições em que se encontra o *peão*. Ele gasta Cr\$ 3.000,00 em uma noite no cabaré, dá Cr\$ 500,00 a um amigo, perde Cr\$ 1.000,00 na rua, aposta Cr\$ 2.000,00 no jogo ou lhe roubam o que traz no bolso enquanto dorme. Dadas as condições de trabalho que lhe são impostas, cria-se a ilusão de que pode reparar estas perdas engajando-se numa nova empreita. Por outro lado, se o *gato* ou o dono da pensão deturpam as contas em seu próprio benefício, se o empreiteiro subtrai alguns alqueires de mata derrubada do serviço que ele realizou, fica a indagação a respeito da possibilidade do *peão* exigir o que lhe é devido.

O fato é que, destituído de suas relações familiares, colocado numa situação em que as responsabilidades comuns ao campesinato são negadas, parece que a sua luta pela sobrevivência assume um caráter mais imediatista. Hoje compra roupas, rádio, relógio; amanhã vai para a mata apenas com a roupa do corpo e a energia que dispõe para o trabalho.

Toda essa estrutura habilmente montada empobrece o poder de decisão do *peão*. Como já citamos anteriormente, há situações em que ele fica totalmente privado de interferir no emprego para o qual é contratado.

"O compromisso evangélico da Igreja deve ser como o de Cristo – compromisso com os mais necessitados" (Lc 4, 12-21).

DESAFIO PASTORAL

Papa João Paulo II, na abertura da reunião de Puebla

Para se traçarem as linhas de ação pastoral frente ao *peão*, devem-se ter claros pelo menos dois objetivos:

tentar buscar e fortalecer os autênticos valores cristãos desses marginalizados, para que venham a se explicitar em manifestações de fé comunitárias;

estimular formas dos *peões* se organizarem, enquanto setor de classe, para fazerem frente à opressão a que estão sujeitos. A luta do sindicalismo é uma delas.

Isso pressupõe e exige do agente pastoral uma clareza cada vez maior do compromisso com o oprimido. E, necessariamente, uma compreensão da situação objetiva em que os *peões* se encontram.

A resultante é uma postura evangélica concreta, uma preocupação presente e constante que aparece desde a solidariedade com um *peão* prostrado na rua, até o interesse em conhecer-lhe a problemática.

Por outra parte, deve-se ter um autopolicimento para não se incorrer em paternalismos, que acabam atrapalhando a caminhada de libertação.

A prática do trabalho com os *peões* começa por se mergulhar no universo deles: no povoado: através de contato e acompanhamento dos *peões moradores* e *peões do trecho*; nas fazendas: através de visitas, de uma presença pastoral (missas, rezas, reuniões de reflexão); denúncia profética das injustiças que ocorrem; registro sistemático das informações que vão sendo coletadas; análise da prática, elaboração teórica e estudo de trabalhos e textos afins; encontros e intercâmbio de experiências entre agentes e entre trabalhadores e agentes.

Muito há por fazer. Uma ordem de preocupações é colocada hoje:

Por que o *peão* é pouco sensível ao sindicato?

Como desenvolver um trabalho pastoral com um grupo que é volante?

Enquanto Igreja instituição, até onde podemos contribuir? Qual é o papel do sindicato? Qual é o nosso papel?

O fogo do ouro

Equipes Pastorais da Prelazia de São Félix do Araguaia e da Diocese de Conceição do Araguaia

“Olha, o ouro é sempre encantado. É um tipo de minério que não pode ter usura de jeito nenhum. Se o freguês está numa grota muito rica e começa a astuciar planos de enricar, ou então é sovina com os companheiros, aí o ouro foge” (Garimpeiro).

“A pá de ferro, como uma colher de prata, se enfia galante no cascalho. O pé esquerdo pressiona a ferramenta a quase três metros da superfície. Subitamente, uma fatia de minério se aparta do bolo e descreve no ar uma trajetória ascendente, se abrindo em leque e se prostrando inanimada no beicho do barranco. O cabo alongado da ferramenta, presa nas mãos do garimpeiro, irrompe a criação de um movimento harmônico de bailarino” (Agente de pastoral).

“Nós chegamos atrasados à Serra Pelada, e os garimpeiros ganharam este round. Mas os outros veios ricos desta área serão explorados por nós mesmos, com máquinas” (Engenheiro de empresa).

“A crença geral de que o garimpeiro dilapida a jazida pelo baixo aproveitamento não tem sido confirmada na realidade. A prática da repassagem faz com que praticamente todo o minério perdido na primeira apuração seja recuperado posteriormente.” Estudos feitos pelo CETEM de rejeitos de Serra Pelada acusaram a presença de ouro da ordem de apenas 0,4 a 0,7 g/t (1).

MINERAÇÃO E
GARIMPAGEM:
FORMAS DE
EXTRAÇÃO DO OURO

Quando se pensa em exploração mineral, a idéia de escavação vem imediata, pois raros são os casos em que os minerais economicamente vantajosos ficam à flor da terra.

E nessa corrida atrás de tesouro, existe uma guerra surda entre garimpeiros e companhias mineradoras. Uma das grandes batalhas consiste na capacidade de cavucar o solo. E essa, o garimpeiro perde tranquilamente. Com simples pás e picaretas, o garimpeiro apenas revolve o couro da terra. Mesmo assim, é de causar espanto um garimpo como o da Serra Pelada, no Pará, onde lembrando os terraços da Babilônia, um formigueiro de homens, com auxílio de escadas e patamares, submergem a dezenas de metros abaixo da superfície.

A Companhia Mineradora DOCEGEO (Vale do Rio Doce Geológica – subsidiária da Companhia Estatal de Mineração Vale do Rio Doce), que disputava a mineração da área, com uma tecnologia sofisticada, seguramente desceria muito mais. Só que são 86 mil homens trabalhando nos garimpos do ouro da Amazônia, quase o dobro da mão-de-obra operária ocupada nas minas brasileiras em 1979 (2).

Numa caracterização didática das formas de exploração mineral, podemos estabelecer uma diferença entre a *Mineração*, como sendo a exploração mecanizada de minas ou

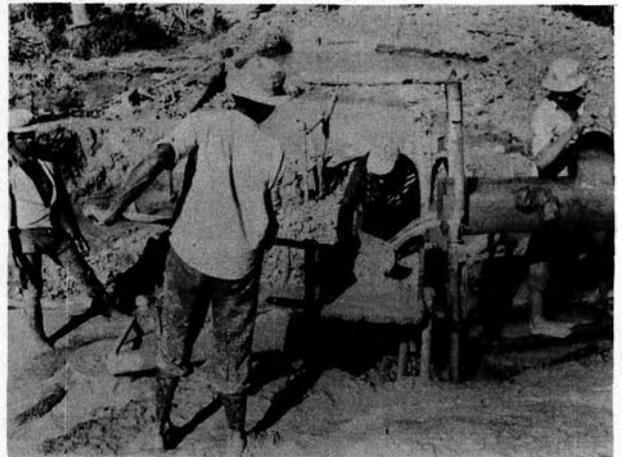
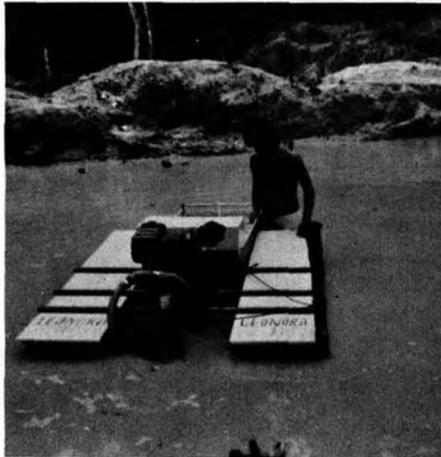
(1) Guimarães, G., *Projeto Estudo dos Garimpos Brasileiros*. Brasília, DNPM, 1982 (mimeo.).

(2) Citado por Elmer Prata Salomão, *Garimpos do Tapajós* – in Ciências da Terra, nº 1, nov./dez. 1981, p. 40.

Para chegar a uma área de serviço, o garimpeiro vence longas distâncias carregando roupa, arma de caça, ferramentas, mantimento, rede e "tralha" de cozinha.



A draga de médio porte caracteriza a garimpagem semi-mecanizada nas grotas. Só os "patrões" a possuem e o processo de trabalho é sempre muito rudimentar.



jazidas minerais por companhias mineradoras de capital privado, e a *Garimpagem*, com tecnologia simples, recursos pequenos e muita mão-de-obra.

A exploração do ouro, e de outros minerais nobres, atravessa três fases distintas: pesquisa, extração ou lavra e beneficiamento.

A pesquisa científica é elaborada com instrumental e profissionais especializados, desde geologia de campo e análise laboratorial até levantamento aéreo.

As pesquisas realizadas pelos garimpeiros envolvem grupos de 4 homens em média. Às costas, o artesanal *jamanchin* (mochila garimpeira), rede, coberta, ferramentas, bateia, sal, farinha e munição. Ao todo uns 40 quilos de carga. Numa das mãos, uma espingarda de caça, na cabeça, a decisão de passar cerca de 25 dias mata a dentro, "farejando" ouro.

A etapa da lavra ou extração envolve um contingente maior de homens, sendo efetuada com instrumentos rudimentares como pá, enxada, picareta, perla, bateia e a máquina de lavagem de cascalho. Os garimpeiros estão localizados, fundamentalmente, nas grotas ou cursos d'água. Essas grotas são garimpadas no leito, planado ou alto.

Existe também uma garimpagem semimecanizada. No leito dos rios auríferos, usando dragas de médio porte, equipes de garimpeiros mergulhadores, com seus escafandros, manuseiam a mangueira de sucção no leito dos rios até 10 metros de profundidade. O ouro separa-se do cascalho extraído em equipamentos apropriados.

Nas grotas, com dragas portáteis, a garimpagem semimecanizada é semelhante. A profundidade da água é pequena e os garimpeiros trabalham sem equipamento de mergulho.

A fase última de beneficiamento do ouro virgem em jóias, moedas ou ligas de emprego industrial (processos de fundição, amalgamação e cianuretação, entre outros) é patrimônio, fundamentalmente, de quem dispõe de capital acumulado.

Uma grota aurífera descoberta, acaba sendo multidividida em várias áreas de trabalho devido aos grupos de garimpeiros que vão chegando e se apossando dos lotes. Uns cedendo uma parcela a companheiros, outros vendendo.

Cada área de trabalho, que pode ter as mais variadas dimensões, é conhecida como "frente de serviço", ou mais comumente como *trecho*.

"Tenho um trecho até bom lá no Cumaru". Quem diz isso é um garimpeiro patrão. Pelo código social que rege a garimpagem, ele é proprietário (por posse, compra ou troca) do lote de grota que lavra com seus trabalhadores garimpeiros, os *meias-praças* (3).

Um *trecho* virgem começa pelo desmatamento e limpeza de uma área marginal ao leito da grota, que terá duas funções: parte para o serviço de extração e parte para a instalação do acampamento.

O *patrão* começa a esburacar seu *trecho* parceladamente. Cada trincheira de escavação é denominada de *barranco* (4).

Depois os *meias-praças* procedem às etapas de escavação da terra, extração do cascalho e posterior lavagem do mesmo numa máquina rudimentar, para, enfim, obterem o ouro.

O *baixão*, trabalhado por centenas de garimpeiros, é um emaranhado de *barrancos* em vários estágios de exploração: uns já explorados, outros por explorar. Trata-se de uma situação aparentemente muito confusa que só a habilidade dos garimpeiros experientes consegue equacionar.

Os garimpos, referidos neste trabalho, situam-se em grotas, garimpadas na planada ou no alto, por *patrões* e trabalhadores, de forma manual ou semimecanizada.

(3) Uma explicação da relação entre *patrões* e *meias-praças* se encontra no item "Patrões e *meias-praças*", página 45.

(4) A medida padrão de um *barranco* é de 10 x 10 m. "Desta forma todos (...) passam a ter

um referencial seguro quanto à quantidade de trabalho e teores econômicos, (...), permitindo que os garimpeiros experientes desenvolvam um agudo senso de previsão com relação à rentabilidade dos serviços". Salomão, E.P., ob. citada, p. 43.

**LIBERAÇÃO E
CONTROLE DOS
GARIMPOS**

Participação dos garimpos na evolução da produção brasileira de ouro (5).

Ano	Produção oficial		Produção estimada *	
	Total (t)	Part. Garimpo (%)	Total (t)	Part. Garimpo (%)
1970	6,2	5,12	9,0	35,22
1971	5,9	12,88	9,0	43,16
1972	7,1	10,23	9,5	33,28
1973	6,2	17,05	11,0	53,38
1974	5,7	16,41	13,8	65,50
1975	5,1	24,87	12,5	69,19
1976	4,7	21,58	13,6	72,66
1977	5,1	26,41	15,9	76,32
1978	8,6	53,16	22,0	81,78
1979	4,3	22,32	25,0	86,66
1980	13,8	69,71	35,0	88,07
1981	17,2	73,55	36,0	87,4

Fonte: GUIMARÃES, 1981 (complementado)

* Os dados estimativos são indispensáveis porque a produção dos garimpos não é inteiramente controlada pelo governo.

Ouro adquirido pela CEF (Caixa Econômica Federal) de garimpos e de garimpos do Pará, no período de maio/80 a junho/82.

Fonte	Kg	%	
Serra Pelada (PA)	9.219	57,57	
Itaituba (PA)	4.413	27,55	
Cumarú (PA)	2.068	12,91	98,03
Alta Floresta (MT)	269	1,68	
Porto Velho (RO)	46	0,29	
Total	16.015	100	

Tabela construída com dados extraídos do Jornal do Brasil (20/7/82).

Quanto ao controle dos garimpos, podem ocorrer diferentes situações: garimpos proibidos ou liberados; garimpos sob intervenção governamental ou não.

Nas terras indígenas a FUNAI proíbe a garimpagem, mas esta proibição se torna quase sempre inoperante. É o caso do garimpo da Grota do Tarzan, onde têm havido conflitos entre os garimpeiros e os índios Gorotire.

Há garimpos em que a entrada dos garimpeiros é impedida por ação governamental, talvez em vista da quantidade de minério estimada. O garimpo da Goiaba é um exemplo.

Nas propriedades particulares nas quais o dono, em geral um fazendeiro, não tinha dado autorização, a atividade extrativa está, formalmente, também proibida, mas ela se

(5) Elmer Prata Salomão, *A Força do Garimpo*, in Revista Brasileira de Tecnologia, vol. 13, nº 2, abril/maio 1982, p. 15.

dá clandestinamente. É uma fase anterior à exploração realizada sob o controle do dono da terra. Como este não detém ainda tal controle e como não armou a infra-estrutura indispensável ao mesmo, os *patrões* abastecem seus trabalhadores que penetram na área e recebem as mercadorias jogadas por aviões que sobrevoam os pontos predeterminados, a baixa altitude.

Tanto os garimpos localizados em áreas sob controle do governo quanto os localizados em terras particulares, passam a ser chamados liberados". No primeiro caso eles são militarmente controlados pelo Exército e, no segundo caso, são os jagunços os braços armados dos proprietários particulares. Está no primeiro caso o garimpo de Serra Pelada, no Maranhão. No segundo caso estão a maioria dos garimpos do sul do Pará: Macedônia, Geraldinho, Mandi, Pista Branca, Grota da Onça, Garimpo da Viúva e outros.

Quando a garimpagem é clandestina, o ouro é vendido diretamente aos compradores das cidades e obviamente não se paga renda ao dono da terra. Nos garimpos como o de Serra Pelada, o fornecimento aos garimpeiros é feito pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), a preços comuns de mercado, e a venda do ouro se faz à Caixa Econômica Federal (CEF), que paga um preço pouco acima do que é oferecido pelos proprietários particulares e um pouco abaixo do que é pago pelos compradores das cidades.

Vamos nos prender aqui aos garimpos liberados, sem intervenção governamental, controlados pelos donos das terras.

Quando o fazendeiro assume o controle do garimpo em suas terras, ele impõe algumas condições:

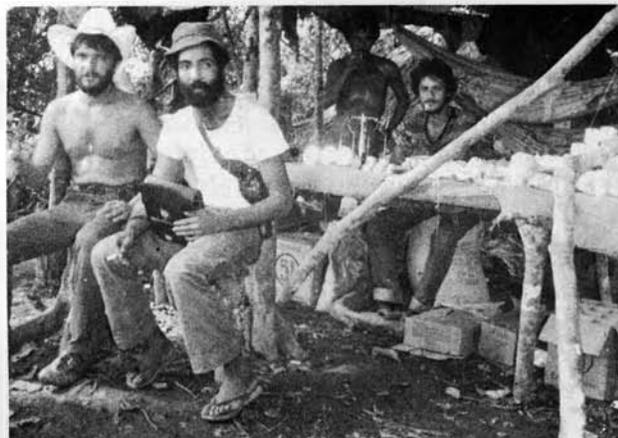
Proíbe a entrada de qualquer tipo de mercadoria ou equipamento e instala uma ou mais cantinas que vendem esses produtos por preços muito acima dos preços da praça;

estabelece obrigatoriedade de pagamento de 10 a 20% do ouro extraído como renda pela permissão de garimpar em sua propriedade;

exige que o restante do ouro seja vendido à própria fazenda, que paga um preço por grama até 20% abaixo do oferecido pelos compradores de ouro nas cidades.

O garimpo da Fazenda Macedônia, no Pará, em novembro de 1980, apresentava o seguinte quadro: cobrava 10% de renda; comprava o grama do ouro a Cr\$ 850,00 quando a faixa de preço em Redenção, cidade mais próxima, era de Cr\$ 1.000,00 o grama e, em São Paulo, era de Cr\$ 1.700,00.

No garimpo controlado, a cantina do dono ou de um preposto, fornece mercadorias e recebe o ouro. Na estrada, o quiosque vende, em geral, bebidas.





O campo de pouso é, muitas vezes, a única porta de acesso aos garimpos abertos no centro da mata.

A cantina apresentava os seguintes preços:

	Macedônia	Redenção
carne	500,00	150,00
cigarro Hollywood	120,00	29,00
arroz	150,00	50,00

Além dessas imposições, os donos de garimpo têm inúmeras outras formas de explorar os garimpeiros:

em geral as balanças de pesagem de ouro das fazendas são desreguladas, intencionalmente, para “roubar no peso”;

existem casos dos fiscais cobrarem a renda na hora da lavagem do cascalho e, de novo, na hora da saída do garimpo, o garimpeiro sendo, portanto, obrigado a pagar a renda em dobro;

os jagunços costumam tomar ou roubar o ouro dos garimpeiros;

em épocas de chuva, ou em locais muito distantes, o garimpeiro se vê obrigado a utilizar o avião como transporte. Os fazendeiros costumam, então, cobrar preços extorsivos.

O fazendeiro não teria condições de ver suas normas compulsórias serem respeitadas pelos milhares de garimpeiros que lavram em suas terras se não tivesse atrás de si o braço armado dos pistoleiros para manter um constante policiamento da área.

A supervisão do garimpo, o fazendeiro confere a um testa de ferro que chefia as milícias de “fiscais” que trabalham como volantes, vistoriando as áreas de serviço, ou nas guritas de controle. Ele tem a função também de administrar os poucos funcionários que trabalham no armazém, posto de compra de ouro, pensão, açougue, e um ou outro trabalhador avulso. Esses agentes são remunerados com salários. Alguns recebem também gratificação.

Bateia, o testa de ferro do Garimpo da Macedônia, recebia um salário altíssimo e 1 a 2% de lucro de todas as compras e vendas. Tanto ele, como o proprietário da fazenda, Dr. Juarez, foram assassinados no fim de 1980, em Redenção.

O garimpeiro *patrão* dispõe sempre de algum recurso que aplica na compra do *trecho*, na compra de comestíveis para sua turma de trabalhadores (*rancho*), em utensílios de cozinha, lonas para cobertura, ferramentas e equipamentos de trabalho, além de despesas com transporte de material. Tais despesas correm por conta do *patrão*. Eventualmente, no entanto, o *patrão* aplica parte de seus recursos no fornecimento de dinheiro adiantado aos trabalhadores (*abono*), no pagamento de transporte até o garimpo e na compra de um estoque de certo tipo de mercadorias que revende aos trabalhadores. Os gastos dos garimpeiros relativos a estes itens são descontados da remuneração final do trabalho.

FORMAS DE REMUNERAÇÃO NO GARIMPO

O Rancho e o Abono

O sistema de diária não é muito comum, pois o garimpeiro prefere aventurar como *meia-praça*. A diária é, entretanto, a forma de remuneração por excelência dos mergulhadores, garimpeiros que extraem ouro das profundezas dos leitos dos rios.

O Sistema de Meia-praça e a Diária

O sistema de *meia-praça* é o mais comum nos garimpos a que se refere este trabalho. Corresponde ao contrato por produção e parece que é ele que dá sentido ao termo *meia-praça*, pois a metade do produto cabe ao *patrão* enquanto a outra metade fica para ser dividida igualmente entre os trabalhadores. Neste sistema, as despesas com alimentação dos trabalhadores cabem sempre ao *patrão*.

Para serviços que não os da garimpagem propriamente dita, usa-se a remuneração por dia ou mês de trabalho. Assim, o cozinheiro (ou cozinheira) é contratado como mensalista. Às vezes lhe é dado o direito de garimpar nas horas vagas e, como ele não tem turma, os outros garimpeiros o auxiliam nas etapas em que mais de um é necessário para execução do serviço.

Nos garimpos das fazendas, os garimpeiros *patrões* usam os diaristas para executar pequenos serviços: limpar uma planada, terminar de baixar um *barranco* que foi abandonado, ou outro serviço complementar. Nesses garimpos, a diária variou, em 1980, de 0,5 a 1 grama de ouro. Apesar de ser um sistema de remuneração por jornada de trabalho, o pagamento é feito com o produto.

Quando se trata de buscar novas grotas auríferas para exploração, cabe ao *patrão* fornecer o *rancho*, as ferramentas e a munição para a viagem.

A Pesquisa do Ouro e a Partilha da Grota Nova

Caso a equipe de pesquisadores encontre uma grota explorável, metade da grota fica para o garimpeiro *patrão* e a outra parcela é subdividida entre os pesquisadores. Esse é o trato mais comum, embora existam combinações pelas quais os pesquisadores têm apenas o direito de baixar um ou dois *barrancos* na grota encontrada.

Os pesquisadores que não pretendem ou mesmo não têm condições iniciais para se tornarem *patrões*, vendem a parcela do seu *trecho* e tocam apenas um *barranco*.

O risco na pesquisa é mútuo. Se resultar em nada, os trabalhadores garimpeiros perdem os dias empregados na missão e o garimpeiro *patrão* arca com o prejuízo das despesas.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Troca de Dia

Um garimpeiro *patrão* administra uma turma de 10 a 15 garimpeiros *meias-praças*, em média. Os mais bem sucedidos chegam a ter 50 ou mais homens trabalhando no seu *trecho*.

Existem etapas, como a lavagem do cascalho, que exigem de 4 a 5 trabalhadores para executar o serviço. Como em cada barranco trabalham de 2 a 3 garimpeiros *meias-praças*, alguma saída tem de ser dada para solucionar o problema.

O sistema usado é o seguinte. Uma célula de *meias-praças* interrompe seu serviço para ajudar o serviço de outros companheiros. Esses ficam em débito com os primeiros na reposição dos dias gastos na tarefa. É o que se chama *troca de dia*.

A *troca de dia*, em geral, se faz entre os trabalhadores da turma de um mesmo *patrão*, embora também ocorra entre turmas de *patrões* vizinhos de *trecho*.

O *patrão* administra a *troca de dia*, mas a combinação é feita entre os próprios trabalhadores garimpeiros.

Sociedade

Tal como na peonagem, em que um time de *peões* rompe o sistema de empreita convencional e forma uma *sociedade*, fazendo o contrato diretamente com a fazenda, sem a intermediação do *gato*, da mesma forma, no garimpo essa relação se configura.

Um grupo de trabalhadores garimpeiros, que tem entre si uma rede de vínculos sociais previamente estabelecidos (parentesco, compadrio, vizinhança ou amizade contraída no próprio garimpo), pode constituir uma *sociedade* para garimpar.

As despesas de *rancho*, transporte, ferramentas, compra de *trecho*, são cotizadas; faz-se rodízio na cozinha e todos trabalham diretamente na exploração do ouro. O produto conseguido é dividido equitativamente entre os *sócios*, com descontos diferenciados nos gastos pessoais.

A existência dessa relação elimina a figura do *patrão* e embora este esquema de trabalho seja mais favorável aos trabalhadores garimpeiros, o sistema de *patrão/meia-praça* é o mais comum, porque a constituição de uma turma, com características de *sociedade*, não é fácil. Esbarra, além disso, com o empecilho da falta de recursos iniciais para movimentar um *trecho*. É que os *meias-praças*, diferentemente dos *patrões*, são recrutados entre camponeses, grupo que não dispõe de recursos para fazer este tipo de investimento.

O GARIMPO E O HOMEM

Fatos e Fantasia

De boca em boca, em conversas de casa e de botequim, correm estórias apreendidas com o mais vivo interesse, passadas adiante com gosto e recreação.

É o “fogo do ouro que queima por dentro” e se alastra numa mescla de fatos e fantasias. E esse redemoinho que vai fascinando a todos forja também uma imagem do garimpeiro: exótico, extravagante.

Contada em prosa e verso, a idéia que se tem do garimpeiro é de um tipo social aventureiro, cujo objetivo fundamental na vida é tornar-se rico, jogando com o trabalho, mas essencialmente com a “sorte”. O *bamburro* traduz significativamente esta idéia. À idéia de aventura ligam-se outras idéias correlatas: o garimpeiro é livre, rebelde, sem família, farrista, tendo obtido dinheiro fácil, não tem racionalidade no uso do mesmo. A atividade de garimpo seria acima de tudo um “vício”, na qual, apesar do trabalho intenso e da dificuldade de *bamburrar*, o garimpeiro alimenta seu sonho.



Na verdade, o garimpo se apresenta como um espaço onde as possibilidades de ganho e ascensão são maiores, apesar dos riscos:

“Conhece o Ciço, aquele da Cigana? Pé rapado que só. Está lá em Xinguara com um armazém grande: quatro C10 e duas Fiat. O desgraçado bamburrou e agora só está mexendo em levar gente aos garimpos” (Um morador de Porto Alegre, MT, 1980).

“Dentro da terra dos índios Xikrin, ao norte da aldeia, existe uma árvore dourada. Os pilotos que passam por ali, dizem que a árvore deita suas raízes em puro ouro e por isso tem aquela cor. Muita gente já repete essa história, sem brincadeira” (Informe Amazônico, agosto, 1980).

As estórias são muitas e até fantásticas. Como a do mineiro que, depois de uma noite de amor, enquanto a mulher dormia, pacientemente, colou uma na outra várias notas de Cr\$ 1.000,00, fazendo um “lençol de barão”, com o qual a deixou coberta, antes de voltar, novamente, sem um níquel, para o garimpo. (Estado de São Paulo, dezembro, 1980).

E aquela outra cerca de um garimpeiro, que *“indagado sobre o que fazia, quando foi flagrado arrastando atrás de si um punhado de notas de Cr\$ 1.000,00, simplesmente respondeu: corri a vida inteira atrás do dinheiro, agora é a vez dele correr atrás de mim”* (Resistência, janeiro, 1980).

Também se ouviu dizer que *“garimpo é um imã: mais forte que mulher, mais que jogo”* (Meia-praça, Garimpo da Macedônia, dezembro, 1980).

E ainda que *“o ouro está falado até nas escrituras. Eu te provo em Gênesis, eu te provo em Mateus. Em todos os 5 livros eu te provo”* (Patrão, de Redenção, 1980).

“O ouro está falado até nas escrituras. Eu te provo em Gênesis, eu te provo em Mateus. Em todos os livros, eu te provo.”

O gosto da aventura, o senso místico e religioso, compõem a visão popular dos garimpeiros. Porém, a mola propulsora é a idéia de enriquecimento rápido e fácil.

A despeito da ilusão, o que impulsiona milhares de trabalhadores para o garimpo, é a necessidade. A ida em massa aos garimpos antes de tudo é uma ação de sobrevivência. Daí que a percepção realista que esse conjunto de pessoas tem do mundo não pode ser minimizada. O cálculo, a avaliação racional dos riscos e possibilidades de ganho se expressam em outras formulações: *"O garimpo é pra todo mundo, mas o ouro não"* (Meia-praça e peão do trecho, Pará, 1980).

"Estou aqui pra ganhar dinheiro. O que move essa massa toda é a fome de ganhar dinheiro rápido e fácil" (Patrão, paulista, ex-técnico em mecânica, Garimpo Cumaru, Pará, dezembro, 1980).

A idéia de que o garimpeiro é livre e rebelde, tem que ser confrontada com o fato de que existe no garimpo um sistema de regras que nada tem com a noção de caos e liberdade. No cotidiano do garimpo há regras de comportamento que possibilitam a convivência, e as infrações são punidas de acordo com sua gravidade, que é avaliada em função da própria atividade. Uma coisa tão simples quanto parece ser lavar o prato de comida na água de lavagem do cascalho é considerada um crime, que a "lei do garimpo" pune com a morte do infrator. Isto porque a solução de água e gordura impossibilita a deposição do ouro.

Apesar da sorte ser um elemento fundamental também para o enriquecimento do patrão, há outros elementos que, indicados pela experiência, aumentam a possibilidade de sucesso na garimpagem. Para um patrão ser bem sucedido no garimpo é preciso:

*"Ter sorte;
ter audácia e teimosia;
fazer boa administração;
ter garimpeiros de confiança e boa vontade;
tocar turma grande: menor despesa, maior renda;
fazer pesquisa, para garantir novas frentes;
compor uma sociedade: um no garimpo, outro garantindo por fora;
investir 70% do ganho em imóveis: o resto investir no garimpo;
partir para a mecanização;
guardar segredo profissional."*

(Patrão, 12 anos de garimpo, Pará, 1980.)

O Ganho

O ganho do garimpo não se confina a uma faixa salarial determinada. Muito ao contrário, acompanha uma escala elástica e aberta que pode oscilar entre prejuízos e bamburros.

"Estamos na Grota Milionária, onde os irmãos Roger e Oswaldo Renso e mais alguns sócios acharam 307 quilos de ouro praticamente num só dia. Com o preço da grama a Cr\$ 810,00, eles ganharam 4 milhões e 300 mil dólares" (Coojornal, novembro, 1980).

"Tem um cabra lá na Grota do Tarzan no garimpo do Cumaru, nós trabalhávamos assim pertinho, que era da polícia. Ele veio passear em Redenção e acabou entrando no garimpo. Já está lá há uns 6 meses, já perdeu 2 carros que tinha e mais outra grana, está arruinado e diz que só tem coragem de voltar pra casa quando tirar o que botou" (Meia-praça, Garimpo Cumaru, Pará, 1980).

As grandes perdas e os grandes ganhos fazem parte do modo como o garimpo é percebido. Isto fica mais claro ainda quando se trata de peões e posseiros, gente sem recursos. A esperança de enriquecer (*bamburrar*) é pensada como possibilidade ligada a

fatores tão incontroláveis quanto a sorte. Por outro lado, para eles, as grandes perdas são perdas de coisas tão pequenas quanto um relógio ou tão grandes quanto a saúde ou a própria vida, porque muito mais não têm para arriscar.

“Garimpo? Ah, essa não! Isso é lugar que não se ganha dinheiro. Você conhece o filho da Maria Branca? Pergunta pra ele se quer voltar ao garimpo. O filho da Cigana teve de vender o relógio e assim conheço muitos que foram naquela influência de enricar e estão quase morrendo lá, doentes, sem ganhar nada” (Empreiteiro, ex-peão de Porto Alegre, Mato Grosso, abril, 1981).

No caso, então, desses grupos, a possibilidade de um ganho modesto, sempre relativo ao que conseguem obter nas atividades em que já estão inseridos, tem uma função de sobrevivência.

“Não deu muita coisa não. Ficamos a bem dizer, um mês trabalhando. Vim com micharia: uns 20 mil. Depois da colheita volto pra lá. O melhor garimpo é a roça” (Posseiro de Porto Alegre, Mato Grosso, outubro, 1980).

“Vim com esse gato pra tocar juquirá. Mas não vou fazer compromisso. Tirando minha dívida eu desabo pro garimpo” (Peão do trecho de fazenda do Pará, Mato Grosso, setembro, 1980).

De fato, em fins de 1980, a diária mais baixa que se encontrava nos garimpos do Pará era de Cr\$ 500,00, preço muito acima da diária paga na maioria das profissões braçais.

A primeira distinção a ser feita entre garimpeiros é que existem os que são profissionais e os garimpeiros da “febre do ouro”, com os quais estamos mais preocupados.

Garimpeiros profissionais são os que se dedicam apenas ao garimpo, não tendo outra atividade produtiva. Estes não exercem sua atividade apenas nos garimpos de ouro, mas também nos garimpos de diamante, de cassiterita e de outras pedras e minérios, cuja existência é muito anterior à atual fase de surto dos garimpos de ouro na Amazônia.

É interessante observar que entre os garimpeiros profissionais existem aqueles que têm família constituída, gozando de certa estabilidade, e existem outros que são homens solteiros, muitos já passada a idade de se casarem. A vida deles é caracterizada por uma estabilidade maior, que parece coerente com o fato de eles nunca serem encontrados na posição de *patrões*. São sempre trabalhadores subordinados, *meias-praças*, com uma mobilidade espacial bastante grande e uma situação caracterizada pelo não acúmulo de recursos.

A formulação que se segue parece retratar esta relação entre a condição de ter família e ascender na hierarquia do garimpo:

“O garimpo é o melhor investimento que o sujeito pode fazer para ganhar dinheiro de emergência. Agora, precisa saber administrar. O sujeito que não sabe administrar nem a mulher dele, não tem condição de tocar garimpo” (Patrão, 12 anos de garimpo, Pará, 1980).

Existem também o que podemos chamar de garimpeiros da “febre do ouro”. A maioria deles são trabalhadores rurais, arrendatários, mensalistas e um contingente menor de posseiros. Os *peões do trecho*, em sua maioria, trocam suas atividades nas fazendas para dedicar-se aos garimpos. Outros são trabalhadores urbanos, da construção civil, de serrarias, comércio, setor de serviços, que provêm das cidades do norte, nordeste e centro-oeste, tanto mais afetadas quanto mais próximas do foco dos garimpos.

Os Tipos de Garimpeiros

Do campo, principalmente, e também da cidade, eles vêm “tentar a sorte” nos garimpos.



Em qualquer dos casos, os que são pais de família ou que têm algum bem (terra, casa, comércio), entendem o garimpo como um meio provisório de ganhar dinheiro. Assim que podem, procuram voltar às suas responsabilidades. Só os solteiros, jovens principalmente, mais livres de compromissos, ficam circulando entre o trabalho nos garimpos e o consumo nas cidades próximas.

Entre os que vêm de centros urbanos para o garimpo, alguns fazem parte de setores da população que dispõem de mais recursos: são profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos. Sua condição sócio-econômica anterior lhes abre sempre a possibilidade de assumir a posição de *patrões* nos garimpos.

DIALÉTICA DA CAMARADAGEM

O individual e o Coletivo

"Diz que um garimpeiro morreu e foi direto pro inferno. Vai em cima vai em baixo, ele logo começou a chamar o Diabo de sócio. O Cão botou ele pra fora porque com pouco já era dono do inferno" (Piada que corre dentro do garimpo).

As pessoas vão ao garimpo "pra se fazer". É uma busca individual, dentro das regras do sistema, só que o garimpo, enquanto atividade, é coletivo por excelência. Primeiro porque os garimpos atuais são todos frutos de invasões de propriedade, e só a garantia de um grande número de homens é que impossibilita o fazendeiro de controlar a invasão.

"Nós tentamos entrar essa noite, mas a polícia não deixou. Eram uns 10 carros. Mandaram voltar tudo pra trás. Mas amanhã vamos de novo. Tem muita gente topando. Ou a gente entra, ou vai virar o bagaço" (Versão de garimpeiros sobre a invasão de Cumaru, Redenção, Pará, 1980).

Da invasão de um garimpo participam milhares de homens. Desde o começo da noite, na cidade mais próxima, começa o movimento de dezenas de carros que levam *patrões* e *meias-praças* com suas ferramentas e suprimento de comida. Pela madrugada, já estão próximos da guarita que protege as terras do garimpo. Alguns homens vão se embrenhando pelas matas laterais, outros passam a pressionar os pistoleiros e soldados que resistem um pouco, com medo daquela massa de gente. Afinal, a guarda cede mediante uma recompensa em dinheiro. Uns dão a recompensa, outros não, e todos entram.

A existência de muitos garimpeiros representa uma certa concorrência mútua, mas também é uma condição necessária de autopreservação.

Um segundo aspecto, agora de caráter subjetivo, é a crença existente entre as camadas mais populares dos garimpeiros de que o ouro é encantado. É a noção de que o minério sofre a mediação dos propósitos dos homens que o exploram.

"Olha, o ouro é sempre encantado. Um tipo de minério que não pode ter usura de jeito nenhum. Se o freguês está numa grota muito rica e começa a astuciar planos de enricar, ou então é sovina com os companheiros, aí o ouro foge" (Garimpeiro, Garimpo da Macedônia, Pará, novembro, 1980).

Seria pertinente imaginar que uma grota rica descoberta numa pesquisa, fosse explorada apenas pelo grupo reduzido de homens que dela se apossa. Por que não? Ganhariam mais do que repartindo o bolo. Essa hipótese, porém, é inviável.

"Não dá pro patrão guardar segredo. Não tem jeito. Uma, que ele criando usura bota tudo a perder, o ouro foge. Outra, que ele tem sempre os amigos e um companheiro que ajudou ele antes. É um motorista, o piloto e mesmo os meias-praças que vão trabalhar e que entregam o doce pros colegas, e logo o trem está falado. E olha, nesse mundo um precisa do outro" (Patrão, Garimpo da Macedônia, Pará, 1980).

Dentro desse quadro, vejamos como se dá a relação de conflito e camaradagem entre garimpeiros. À exceção de dois ou três garimpos controlados pelo Exército, em todos os outros os garimpeiros andam armados na mata. Uma situação aparentemente muito delicada, propícia a mortes e roubos, num contexto onde todo mundo carrega ouro. Qual é o grau de violência nesses garimpos?

Segundo levantamento feito em Conceição do Araguaia, no auge do surto dos garimpos, no segundo semestre de 1980, haviam morrido vinte garimpeiros. Acontece que, nessa época, devem ter circulado cerca de cem mil homens nos garimpos da área. Considerando os números, nada justifica a ênfase dada à violência. Por outro lado, se o maior número de mortes ocorre nas cidades, onde os garimpeiros vão “brincar”, sabe-se que as mortes ocorridas dentro dos garimpos são praticadas por pistoleiros que assaltam para roubar.

A despeito das contradições que existem entre os garimpeiros *patrões* e os trabalhadores garimpeiros, os mecanismos de opressão e exploração que os donos das terras utilizam, desabam igualmente sobre *patrões* e *meias-praças*.

Patrões e Meias-praças

Se um trabalhador garimpeiro tem que se sujeitar a entregar 10% do ouro obtido ao fazendeiro e vender os 90% restantes ao preço que a fazenda impõe, a mesma lei incide sobre o garimpeiro *patrão*. Este tem o saldo ainda mais minguido quanto mais altos forem os preços impostos pelo fazendeiro na cantina.

A condição de vítimas de uma mesma estrutura espoliativa coloca, portanto, *patrões* e *meias-praças* numa certa identidade de interesses. Atravessando as mesmas condições adversas, varando quilômetros de mata com uma carga pesada nas costas, convivendo no mesmo barraco improvisado, sofrendo as mesmas tensões da mata e da pistolagem, movidos pela mesma chama do “fogo do ouro”, correndo os mesmos riscos de ganhar ou perder, *patrões* e *meias-praças* selam uma relação de camaradagem, respeito e solidariedade.

Não devemos entender isso como uma afirmação romântica e absoluta. Ao mesmo tempo que um *patrão* pode cobrar um preço exorbitante pelo medicamento que fornece ao *meia-praça* adoentado, certos trabalhadores garimpeiros procuram desviar alguma pepita de ouro quando da lavagem do cascalho. As *treitas*, as desconfianças, as desavenças se entrelaçam nessa complexa relação. Mas, o fio que norteia o convívio entre os garimpeiros é muito mais humano do que a idéia que uma disputa “demoníaca” pelo ouro pode sugerir.

Mesmo porque essa comunhão não é gratuita: é antes de mais nada uma autodefesa frente às condições objetivas que estão colocadas. A aliança é uma questão de sobrevivência ante um inimigo comum e mais poderoso que os ameaça, e a *sociedade* é uma exigência da organização do trabalho de extração do ouro.

Um indicador disso é que tanto o *patrão* quanto o *meia-praça*, no mundo do garimpo, são considerados garimpeiros, estão no mesmo barco. E apesar de *sócio* ser propriamente o tratamento que se dão uns aos outros, os *meias-praças* que trabalham juntos, é comum ver os garimpeiros, quando se dirigem a algum companheiro, seja ele *patrão*, *meia-praça*, ou mesmo outro garimpeiro desconhecido, tratá-lo amigavelmente de *sócio*.

Podemos levantar mais alguns aspectos que confirmam esse ponto-de-vista. Os garimpeiros *patrões* provenientes da classe média, nunca tiveram nenhuma experiência de mata, em sua maioria. Eles se vêem obrigados a respeitar o sertanejo pelo conhecimento que este tem de mato, pela habilidade de manejar uma arma, de caçar, de executar uma pesquisa de grota.



Os que não têm recursos próprios vão trabalhar para o *patrão*: são eles os *meias-praças* que escavam o solo, carregam o cascalho barranco acima para lavar e tirar o ouro.

Os *meias-praças*, *sócios* num *barranco*, como já vimos anteriormente, têm que ter um entrosamento razoável para não haver desavenças quanto à produtividade de cada um. Quando um dos *sócios* deixa de trabalhar por motivo de doença, os companheiros continuam, e ele acaba recebendo a parte que lhe compete, sem descontos.

Existe um código curioso nos garimpos. Um trabalhador garimpeiro, uma prostituta ou mesmo um *patrão*, ao fazer a vistoria chega a um *barranco* que já tem cascalho na bancada. Mesmo sem conhecer os que trabalham, pede um *reque*, ou seja, uma pequena porção de cascalho. Em geral acaba ganhando. Ali mesmo lava e recolhe o ouro que apura. Esse pedido pode ser feito por um *meia-praça* fracassado que precisa de dinheiro para viajar, mas não é necessariamente o caso. Sem dúvida, é um gesto companheiro e parece simbolizar a noção de que para trabalhar com ouro não pode ter usura. A expressão *reque* é extrapolada para muitas outras situações nas quais um garimpeiro pede um *reque* de cigarro ou café, por exemplo. Vale a pena salientar ainda que as relações de trabalho entre os *meias-praças* se traduzem em formas concretas de camaradagem e ajuda mútua: *trocas de dias* de serviço, esquema de *sociedade* e *sócios* na exploração de um mesmo *barranco*.

Também entre os garimpeiros *patrões*, principalmente os da mesma área de serviço ou que têm entre si algum vínculo anterior, observam-se atitudes de camaradagem. A convivência de alguns meses como vizinhos de trabalho e de morada, torna-os solidários nas dificuldades. Ferramentas, comestíveis e mesmo ouro são emprestados aos companheiros necessitados. Nota-se um ambiente familiar no *baixão*. É claro que existem os que não são sociáveis, mas a necessidade de se apoiarem uns nos outros, torna-os exceções. Os *patrões* avisam uns aos outros sobre o estouro de novos garimpos e fazem planos conjuntos de exploração, seguram um *trecho* até que outro chegue, ou compram juntos mercadorias e racham fretes.

É claro que conflitos também existem entre garimpeiros. Já abordamos até agora vários deles. Por exemplo, um *patrão* se irrita quando tem em sua equipe algum *mata-rancho*, *meia-praça* que produz pouco e dá muita despesa. Mas quando evidenciamos as relações de camaradagem e solidariedade é no intuito de resolver um lado talvez inesperado dessa categoria.

De *Meia-praça* a *Patrão*
e vice-versa

Sem querer estabelecer dogmas, é razoável pensar os garimpeiros como um conjunto compartimentado em cujo interior existe uma possibilidade de trânsito entre as duas categorias de *patrão* e *meia-praça*. Esta possibilidade se expressa no tipo de histórias que se contam.

Um certo *patrão* movimentava cinco *barrancos*. Depois de um mês de serviço, o trabalho estava terminado. Em quatro *barrancos* não se tirou quase nada, mas no quinto conseguiu-se alguma coisa. Aconteceu então que os dois garimpeiros que trabalhavam neste *barranco* bem sucedido, ficaram melhor que o *patrão*. Este faliu. Despesas de cantina, uma pesquisa mal sucedida, transporte, hotel e cabaré comeram-lhe todos os recursos. Já os dois garimpeiros do *barranco* que deu ouro, puderam iniciar um serviço independente, com uma pequena turma.

Nem tudo fica na dependência desse jogo de sorte e azar. A ascensão pode vir a partir de um contrato com o *patrão* pelo qual o *meia-praça* que encontra uma grota nova recebe parte dela como forma de compensação.

Provavelmente, um farmacêutico ou comerciante mal sucedidos no garimpo, não se sujeitem a baixar à condição de *meia-praça* e realizar diretamente o trabalho. Mas, um *patrão* que venha de ser *gato* de fazenda, pode perder tudo e não ter nenhum escrúpulo de arriscar tudo de novo como *meia-praça*. Afinal, pode já ter sido *peão* um dia.

É bom considerar ainda que a função de garimpeiro *patrão* requer uma certa desenvoltura pessoal, alguma experiência acumulada na engenharia do garimpo, um mínimo de leitura e contabilidade, e um espírito de liderança pra manter uma turma sob sua coordenação. A origem de classe e os atributos pessoais são, portanto, outros fatores que interferem na mobilidade interna do conjunto dos garimpeiros.

Tanto nas fazendas da região quanto nos garimpos particulares, o sistema de exploração permite aos donos da terra e do capital isentarem-se de responsabilidades sociais com relação aos trabalhadores de suas propriedades. A relação mais próxima do *peão* é com o *gato*, e a relação mais próxima do garimpeiro é com o *patrão*, e não com o dono do garimpo (que aliás é sempre também um fazendeiro).

GARIMPEIROS E PEÕES

Mas, enquanto os proprietários das fazendas são obrigados a investir capital na remuneração do trabalho através do pagamento da empreita feito aos *gatos*, o que ocorre com os donos de garimpos é diferente.

Os donos de garimpo estão a reboque das iniciativas dos próprios garimpeiros. Estes descobrem o ouro e passam a explorá-lo à revelia dos proprietários das terras. Como esses garimpeiros (*meias-praças* e *patrões*) não dependem dos recursos do dono do garimpo para realizar o trabalho e como, quase sempre, conseguem tornar a extração do ouro um fato consumado, resta aos donos da terra organizar o sistema de controle que lhes permita apropriar-se da riqueza produzida. O investimento que fazem é, portanto, em armas, jagunços e montagem de cantinas onde vendem suprimentos e recebem o ouro. Mas, do ponto-de-vista dos trabalhadores, também existem diferenças relevantes entre o trabalho nas fazendas e o trabalho nos garimpos.

“Trabalhar mais pra fazenda? Nunca! Se Deus quiser o garimpo vai durar bem uns 20 anos. Vamos fuçar esse mundão tudo. O fazendeiro que se dane pra lá” (Garimpo da Macedônia, Pará, 1980).

“Quando que vocês viram fazendeiro tomar cerveja com os peão? Agora, garimpeiro é assim, paga pra todo mundo. Acabou o tempo ruim.” (Redenção, Pará, dezembro, 1980)

“Aqui não tem mais juqueiro, é tudo garimpeiro” (Redenção, Pará, setembro, 1980).

Parece que a valorização dos garimpos repousa em algumas diferenças fundamentais.

Os *meias-praças* se apropriam diretamente de uma parte da riqueza produzida, o ouro, que tem um valor absoluto real muito grande, além do valor simbólico que o caracteriza. Além disso, os mecanismos de endividamento, que no caso da peonagem, aliados a outros fatores, justificam a imobilização dos trabalhadores, são muito mais frágeis nos garimpos. De fato, ao contrário dos *peões*, os garimpeiros, geralmente, chegam ao local de trabalho por seus próprios recursos e, raramente, recebem adiantamento em dinheiro. (o *abono*), que parece mais comum no caso dos *peões*.

Desta forma, a possibilidade de endividamento fica por conta apenas de algum gasto extra (fumo, bolacha), ou por conta de gastos com remédios, em caso de doenças. Neste último caso, no entanto, acontece que quando um companheiro adoece, na divisão do resultado do trabalho, os demais não lhe descontam o fato de ter estado parado.

Também parece não ser sem importância o fato de que os períodos de trabalho nos garimpos são bem menores. O tempo médio para baixar um *barranco* é de 20 dias, ao passo que uma turma de *peões* pode ter que ficar meses na mata realizando uma empreita. Dessa forma, os garimpeiros têm uma mobilidade muito maior e estão muito mais vezes aptos a deixar o local de trabalho com algum dinheiro.

Tudo isto concorre para a ativez que se observa no trabalhador garimpeiro. Dinheiro no bolso, é a oportunidade de extravazar o sentimento de revolta à sujeição em que se encontrava na condição de *peão*. O gesto de pagar para todo mundo a bebida soa como negação ao mesmo tempo da pobreza e da usura. Mas, a estes fatores se acrescenta o fato de que nas circunstâncias geradas pelo surto dos garimpos, a concorrência pela mão-de-obra no mercado regional de trabalho se modifica em benefício dos trabalhadores. De fato, em setembro de 1980, pleno surto dos garimpos, o preço pago pelo alqueire de derrubada no Pará, região próxima dos garimpos, era pelo menos o dobro do preço pago pela mesma tarefa nas fazendas de Mato Grosso.

A opção de trabalhar nas fazendas ou garimpos parece estar condicionada não só às condições objetivas de trabalho e remuneração, mas também às condições de vida do próprio trabalhador. Os chamados *peões do trecho*, homens solteiros, podem optar mais facilmente pelos garimpos, enquanto os *peões moradores* podem preferir o trabalho nas fazendas, desde que a remuneração seja mais segura.

"Estou blefado. Até agora só deu zebra. Mas enquanto eu não pegar um ourinho pra comprar um sapato de lei, umas mudas de roupa boa, um relógio, um toca-fitas e um dinheiro pra eu brincar lá na terrinha, eu não saio daqui" (Meia-praça maranhense, 20 anos, filho de posseiro, 1981).

A questão da terra

Neide Esterci

Quando milhares de homens começaram a chegar ao sul do Pará, no início de 1980, atraídos pelas possibilidades de trabalho nos garimpos, pensou-se que a mobilização em torno da exploração do ouro poderia afetar, radicalmente, o processo de luta pela terra que vinha se desenrolando na região. Como se sabe, as áreas de atuação das equipes pastorais da Prelazia de São Félix do Araguaia e da Diocese de Conceição do Araguaia têm estado, desde o início da década de 60, sob forte tensão social, função da disputa de terras entre posseiros e grupos empresariais que passaram a se instalar na região. O grande número de garimpos abertos estava concentrado, justamente, em área contígua à que, naquele momento, representava a maior concentração de conflitos onde estão as localidades de Xinguara, Rio Maria, Xambioá e São Geraldo, palcos da resistência camponesa ao avanço dos grupos empresariais (1).

Ora, a quantidade de homens que demandavam aos garimpos no período áureo da exploração era enorme. Calculava-se, em Conceição, que 100.000 homens haviam passado pelos diversos garimpos naquele período (2). Desse contingente que envolvia comerciantes, trabalhadores urbanos, garimpeiros profissionais e um certo número de profissionais liberais, a maior parte era representada por membros de famílias camponesas do próprio Pará, do Maranhão e do Mato Grosso. Enquanto os demais grupos inseriam-se na garimpagem como *patrões*, pilotos de avião, motoristas e compradores

A ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL . . .



Redenção, Xinguara, Rio Maria, Xambioá e São Geraldo, são localidades mais ou menos próximas aos garimpos e que se tornaram conhecidas pela intensidade dos conflitos de terra.

(1) Ver mapas nas pp. 9 e 10

(2) Relatório *O Garimpo e o Ouro*, da Diocese de Conceição do Araguaia, dezembro, 1980.

de ouro, os camponeses iam ser os trabalhadores braçais da exploração, os *meias-praças*.

A mobilização produzida pelo “surto dos garimpos”, transparecia nas conversas e nos casos que se ouviam, nos ditos e cordéis que se criavam. Por outro lado, as mensagens transmitidas pelas estações de rádio ouvidas na região, assim como pelos jornais que por ali circulavam, pareciam, intencionalmente, estimular a disposição de “arriscar a sorte” na busca do ouro. Nos pequenos centros urbanos de Redenção, Xinguara e Rio Maria, no sul do Pará, crescia o número de compradores de ouro e seus intermediários. Os fazendeiros em cujas terras o metal tinha sido descoberto construíam com suas “gangs” de fiscais e pistoleiros uma estrutura de controle da exploração. Cantinas se instalavam nas áreas de garimpo, a circulação e o preço das mercadorias cresciam de modo vertiginoso.

A iniciativa da exploração coubera sem dúvida aos grupos de garimpeiros autônomos que escavocavam os solos da região. Sabe-se, no entanto, que a existência de reservas de ouro já é do conhecimento dos órgãos governamentais há muito tempo, e que o Estado pleiteia o controle da exploração e comercialização do produto, dispondo inclusive de amparo legal neste sentido. A partir do Maranhão, área limítrofe, crescia a imagem do garimpo de Serra Pelada, já nestas alturas controlado pelo Estado, através de uma figura de antecedentes nem sempre admitidos, o Major Curió. Supervisionando o trabalho de 20.000 garimpeiros, o Major tratava de fazê-lo num estilo populista, criando uma visão de acessibilidade no trato com os garimpeiros, e moralização da garimpagem. Armas, mulheres e bebidas foram proibidas em Serra Pelada, o presidente da Nação foi visitá-lo pessoalmente, enquanto o ouro produzido era convertido aos cofres da União, e retirado, assim, da circulação clandestina, operação garantida por forças militares do Exército.

No relatório *O Garimpo e o Ouro*, da Diocese de Conceição do Araguaia, é citada a poesia de Belchior Nunes Rosa, interpretando que a mesma exprime muito bem o esforço do governo neste sentido:

*Depois que estou na Serra
não passei mais precisão
junto com os garimpeiros
amigos e meu irmão
nunca vi outro garimpo
ter tanta organização.*

*Daí pra cá estou vendo
tudo de bom pra melhor
doutores e policiais
também enfrentando o pó
portanto vai meu abraço
e parabéns ao Curió.*

*O ouro daqui tirado
vai pro chefe da nação
pra pagar a sua dívida
que deve com precisão
dando descanso ao Brasil
melhorar a situação.*

*Rolando esta notícia
pelo mundo universal
que o Brasil pagou a dívida
ao povo internacional
e ainda ficou toneladas
no tesouro nacional (3).*

Todos esses elementos compunham um quadro que parecia sabiamente manipulado, e levava a crer que a franquia permitida à exploração do ouro no sul do Pará, fazia parte de uma estratégia utilizada para diluir a força da organização camponesa nas disputas de terra que se travavam na área. A preocupação então se formou a respeito dos efeitos de desmobilização da luta produzidos sobre os posseiros. Logo uma constatação fez aumentar esta preocupação: a de que os processos jurídicos encaminhados ao advogado

(3) Nunes Rosa Belchior, garimpeiro de Serra Pelada, autor do cordel *Aventura e Realidade*.

O trecho extraído está nas pp. 3 e 6 do referido cordel.



que tratava das questões de terra da Diocese de Conceição do Araguaia, decresceram, substantivamente, em número naquele período.

Entretanto, resolveu-se examinar a questão por outro ângulo. Mesmo que o Estado estivesse manipulando o “estouro” dos garimpos, outros elementos deveriam ser considerados, se se quisesse avaliar a eficácia da medida face às estratégias do próprio campesinato.

A tentativa de investir nesta linha de considerações baseava-se em alguns pressupostos e observações.

De fato, sabia-se que desde o final de 1979, o campesinato regional havia passado de uma prática de apenas resistir nas posses em que já estavam instalados, para uma prática eminentemente ofensiva de conquistar novos territórios através da ocupação organizada de terras “fechadas” pela reivindicação dos grupos empresariais. Tendo sido restringido o estoque de terras livres, por conta da apropriação destes últimos, em vários pontos do nordeste de Mato Grosso e do sul do Pará, juntavam-se grupos de famílias camponesas e, enquanto mulheres e crianças eram postas sob a proteção de uma parte dos homens, ou de grupos camponeses já estabelecidos, os demais se jogavam no trabalho de abertura de picadas, derrubada, demarcação de lotes e defesa armada da área pretendida. A execução coletiva dessas tarefas permitia que a operação de ocupação se fizesse em tempo recorde, furando a vigilância empresarial.

Pois bem, as primeiras indagações realizadas nas áreas em questão, não produziram indicações de que estas ocupações tivessem deixado de ser postas em prática no período áureo de exploração dos garimpos. Pelo contrário, camponeses sem terra, ou com terras insuficientes para sua reprodução, continuavam demandando as áreas de ocupação, sempre recrutando outras famílias para se juntarem ao empreendimento.

Esta constatação era a primeira evidência de que a busca de terras permanecia sendo um foco de interesse catalizador da organização camponesa.

Mas, já que havia também a evidência de um contingente numeroso de camponeses entre os garimpeiros, tratou-se de examinar as condições particulares e diferenciadas do campesinato, das quais resultava que alguns demandassem aos garimpos e outros não.

O teto de palha e a rede de algodão, traços bem marcados da morada dos posseiros. Na vida social da feira, um pouco do Nordeste distante: a troca de mercadorias, o *mangaio*, os cordéis.

... E A ESTRATÉGIA DO CAMPESINATO

Neste sentido, os mesmos dados que produziam a impressão de que “todos estavam indo para os “garimpos” foram reexaminados, produzindo, desta vez, outras indicações.

Através dos povoados e cidades de São Félix e de Conceição, registraram-se depoimentos que pareciam importantes para clarear a questão.

Observou-se, logo de saída, que os posseiros que iam aos garimpos, não abandonavam, necessariamente, suas terras. Mesmo que deixassem de plantar uma roça, ficava sempre alguém assegurando a posse, e o mais comum era que deixassem a roça já plantada aos cuidados da família.

Em Santo Antônio do Rio das Mortes e em suas redondezas, no nordeste de Mato Grosso, a cerca de 100 km do foco dos garimpos, havia por volta de 150 famílias, posseiros em sua maioria. Estes posseiros haviam conquistado na Justiça a posse de suas terras, depois de terem lutado anos a fio com grileiros que os ameaçavam. Soube-se que nos meses de janeiro e fevereiro de 1981, 10 posseiros de Santo Antônio haviam saído para os garimpos. Soube-se também que cinco deles, não conseguindo entrar nos garimpos (“O Cumarú estava fechado”), tinham voltado a Mato Grosso, pondo-se a trabalhar em fazendas da região. Dois outros haviam adoecido, e três tinham ficado ainda tentando a sorte nos garimpos. Certo, no entanto, é que todos haviam deixado roça plantada e gente certa para cortar o arroz (4). Parecia significativo que dos três que não haviam voltado, dois estivessem separados da mulher, situação familiar esta que, sendo anterior à ida aos garimpos, poderia ter contribuído para que não tivessem voltado.

Na garimpagem miúda dos veios de baixa produtividade, anterior ao grande “surto do ouro”, qualquer família pode buscar um ganho eventual. A pesca comercial ou para complementar a dieta da família é praticada por quase todos, mas são os Karajá os pescadores, por excelência, do Araguaia.

Em Porto Alegre e suas redondezas, também no nordeste de Mato Grosso, distante cerca de 500 km da área dos garimpos, havia por volta de 70 famílias de posseiros. No momento em que se abriram os garimpos, suas posses estavam de certo modo, politicamente, asseguradas, segundo informações da Igreja local. As estórias e comentários sobre garimpos corriam soltos em Porto Alegre e circulava entre alguns moradores a idéia de que a produção de alimentos poderia ser prejudicada com a evasão em massa



(4) Relatório da equipe pastoral de Santo Antônio, Prelazia de São Félix do Araguaia, 1981.

dos homens. As mulheres enfrentavam a ameaça desta possível evasão prevenindo que no ano seguinte iriam ter que comer ouro, se os homens, iludidos pela “febre do ouro”, deixassem de cultivar suas roças.

*De certos tempos pra cá
veja o que está acontecendo:
o dinheiro está sumindo
e as coisas encarecendo.
Garimpo no mundo inteiro
é só o que está se vendo.*

*Todo mundo incutido
ninguém mais quer trabalhar;
em lavoura ninguém fala
quero ver como vai ficar.
Sem alimento ninguém vive
e com ouro vão se alimentar.*

*O custo de vida está caro
percorrendo o mundo inteiro
do Sul até o Norte,
até no país estrangeiro.
Ninguém mais quer ser lavrador
só querem ser garimpeiro.*

*Digo isto porque sei
pois estou habilitado.
Está fazendo muitos anos
que sou um homem casado.
Mas só Deus e eu é que sei
os trabalhos que tenho passado.*

Trovas de Zé Bento, morador de São Félix do Araguaia

*Minha gente preste atenção
as coisas como vão indo:
os alimentos acabando
e o dinheiro está sumindo.
Quem tem muito compromisso
mata o outro e vai fingindo.*

*Ninguém mais planta mandioca,
nem feijão nem amendoim.
Pelo jeito que estou vendo
as coisas ficaram ruim
Braquiária e colônia,
que é o rei do capim!*

*Governo vendeu as terras
em toda a nossa nação.
Rico não planta nada,
só tem mais é ambição!
Deixando toda a pobreza
na mais triste sujeição!*

*Aqui fica a história
de um velho trovador
do vale do Araguaia
que muito tempo é morador;
não podendo comprar terra
tornou-se um pescador.*

A cada ano a derrubada e a queimada dão início a um novo ciclo agrícola; depois das chuvas, começa o plantio. As ricas matas do sul do Pará é um dos raros reservatórios naturais de mogno do mundo, madeira rara e cobiçada pelas firmas madeireiras.



Soube-se de fato, que até janeiro de 81, cinquenta pessoas de Porto Alegre haviam saído para os garimpos. E isto constituía uma cifra, sem dúvida, alarmante para um povoado de 150 famílias. Examinando-se, no entanto, a lista dos que haviam saído, verificou-se que, dos cinquenta, apenas quatro eram posseiros, sendo os demais empregados de fazendas, *gatos* e *peões* em sua maioria, tratoristas, motoristas, além de pequenos comerciantes.

Na cidade de Conceição do Araguaia, no Pará, a 200 km da área de maior concentração dos garimpos, foram encontradas várias situações distintas.

A do garimpeiro profissional, cuja trajetória de vida se faz toda em função dos garimpos, seja de ouro, diamante, cassiterita ou outro metal, e cujos deslocamentos espaciais acompanham sempre a descoberta de veios de minério. Sua referência à terra de cultivo, é fluida e circunstancial. A roça é uma alternativa somente nos interstícios da mineração e, quando a energia para o trabalho no garimpo começa a fraquejar, pensa em, quem sabe, conseguir uma posse onde investir algum recurso, para garantir a sobrevivência.

Bem distinta é a situação de camponeses sem terra, ex-posseiros expropriados, moradores da periferia, muitos deles nascidos na região, filhos de posseiros expulsos e expulsos eles próprios de suas posses. Como alternativa imediata, face a perda de suas posses, engajavam-se no trabalho das empresas como *peões*. Nesta condição é que começaram a sair para os garimpos, já em 1979. Comparando a condição de garimpeiro com a de *peão* um deles dizia: "*O peão não é liberto, trabalha tipo cativo, é censurado pelo patrão. O garimpeiro é liberto, vai para o serviço à hora que quer.*"

Outra forma distinta pela qual aparecem articuladas as condições de camponeses com terra e família, peonagem e trabalho nos garimpos, é representada por membros de famílias camponesas vindos de outras áreas com a intenção de trabalhar um tempo nas empresas e depois retornar ao ponto de origem. Dois moradores da periferia tinham vindo do Maranhão, onde eram camponeses, há cerca de 10 anos, no auge dos trabalhos de implantação das empresas agropecuárias do Pará e Mato Grosso. Deixando a família recém-constituída, mulher e filho pequeno, passaram a percorrer várias empresas nos dois Estados, sempre procurando fazer um *saldo*. Entretanto, não haviam conseguido tirar o resultado que esperavam e por isso não tinham "*coragem para voltar. Porque sair pobre e voltar pobre, não dá. A gente não volta, por opinião*". Ambos acabaram por constituir outra família no Pará. Tinham a experiência da peonagem muito fortemente gravada e falavam, longamente, nas maleitas contraídas, nos jagunços e nos gerentes das fazendas que "*judiavam com os peões*". Comparando o trabalho nas fazendas e na roça da família, diziam: "*Não volto mais para trabalhar na fazenda dos outros, porque se saísse e desse para comprar uma terra . . . , mas não, o trabalho que a gente faz, o pasto formando, fica tudo lá para o dono da fazenda. (. . .) Da roça eu gosto, é o que sei fazer, mas no da gente.*"

São casos de camponeses cuja condição original foi desfeita, seja pela perda da terra, seja pela desintegração do grupo familiar original. O trabalho no garimpo é valorizado não por oposição à condição camponesa e sim, por comparação com a situação da peonagem. Aparece o garimpo como alternativa a uma outra forma de emprego e não como substituição da condição de camponês. É significativo que para estes camponeses desapropriados de suas condições originais não está eliminada a perspectiva de refazê-las. Referiam-se a parentes, tios, irmãos, que estavam lutando para "*tirar uma posse*" e falavam na possibilidade de a eles se juntarem.

A oeste de Conceição do Araguaia, fica a cidade de Redenção a apenas 135 km dos grandes garimpos do Cumaru e Macedônia. Muito mais marcada pelo surto dos garimpos, é ponto de passagem com grande movimentação de gente vinda de outras regiões. Aqui se encontravam *patrões*, compradores de ouro, *meias-praças*, companheiros para o trabalho de garimpagem. Em 1980, uma intervenção federal reprimiu o



comércio clandestino do ouro que mantinha várias casas na cidade e abriu agências de compra através da Caixa Econômica. Nesta ocasião, foram presos alguns pistoleiros que serviam os donos de garimpos e outros tantos foram afugentados.

Na cidade de Redenção e zonas periféricas, camponeses sem terra usam plantar na terra de camponeses que a possuem. Cada ano, uma pequena roça é feita no lote de um companheiro que possa "cedê-la". Alternando o trabalho nas fazendas e algum biscate com o trabalho na roça, no auge da extração do ouro, trocavam, muitas vezes, as fazendas pelos garimpos:

"Cuido de roça, todos os anos é roça. Este ano trabalhei no garimpo da Monark e plantei nas terras de um amigo meu, que tem direito de 20 alqueires. Esse não vai ao garimpo. Dos posseiros onde fiz roça, o que andou no garimpo foi só o fulano. Ele foi só para conhecer, não para trabalhar. Os outros não mexem com isto não. (...) Depois que cheguei no Pará, só dois anos não fiz roça, porque não achei onde pôr, e não tinha garimpo também. Nessa época, eu trabalhava de juquirá nas fazendas, e botava roça. (...) A gente, quando planta roça, dá trabalho, mas o que a gente tira, a gente fica tranqüilo, que não vai comprar."

Os povoados dos sertões de Conceição do Araguaia e de Redenção não foram visitados. Das informações que se pôde obter, através dos agentes de pastoral da Diocese, percebeu-se que camponeses com terra assegurada, boa e suficiente, não se dispõem a deixá-las em função dos garimpos. Da mesma forma, não se dispõem a deixar suas posses, camponeses cujas terras para serem mantidas dependem de guarda constante por estarem em plena fase de conflito aberto.

O Baixo Araguaia era apontado como exemplo desse último tipo. A eficácia que neste caso teria sido o trabalho pastoral de organização do campesinato desenvolvido pela Igreja, era uma questão colocada pelos próprios agentes cuja informação era de que por lá ninguém falava em ir para os garimpos.

No mais, o que se ouvia eram notícias de ocupações, ou intenções de ocupação. Claro que ouviam-se também casos de quebra da resistência com a efetivação de expulsões. A impressão é que estes casos eram muito mais função da força de pressão dos empresários, aliada à fraca organização desse ou daquele grupo camponês.

Do que foi dito acima não se pode concluir que camponeses nunca abandonam suas posses por conta de possibilidades mais atrativas, mesmo que aparentes. Permite apenas

Apesar da proximidade dos garimpos, há na área de Conceição do Araguaia núcleos de trabalhadores cujo ritmo de vida não foi alterado pela "febre do ouro": é o caso dos bairros de oleiros e de povoados de lavradores das redondezas.

indicar que isto não se dá em algumas circunstâncias determinadas. Contudo, agora que passou o período de maior mobilização em torno da extração do ouro, talvez fique mais fácil perceber a falácia das previsões catastróficas acerca da resistência camponesa.

Nossas afirmações são limitadas e, embora os dados recolhidos e a evidência produzida pela continuidade dos conflitos na região permitam dizer que a resistência camponesa não foi radicalmente afetada, temos clareza de que isto se refere ao nordeste de Mato Grosso e sul do Pará. Mas, lá estavam muitos membros de famílias camponesas vindas, quem sabe, dos Estados vizinhos. Esta outra evidência nos coloca cientes de que não foram esgotadas todas as situações em que um grupo camponês pode encontrar-se quando para ele se colocam possibilidades alternativas como a de garimpar . . . ou tornar-se *peão*.

Aliás, talvez seja útil lembrar que, nas décadas de 60 e 70, quando grandes contingentes de *peões*, arrancados de suas famílias, chegaram à Amazonia, difundiu-se também a noção muito semelhante de que um rápido processo de proletarização do campesinato deveria estar em curso. Segundo as leis gerais do desenvolvimento capitalista fazia sentido: a aceleração do processo de proletarização do campesinato parecia ser a implicação lógica e necessária do avanço das grandes empresas sobre a fronteira ocupada até então por camponeses.

Entretanto, a proletarização em curso não parece ter se dado na escala imaginada, e o avanço das empresas sobre terras tomadas à expansão do próprio campesinato tem sido feita a custo de muito conflito e resistência. Parece, pois, muito justo repensar a hipótese da qual partimos. A nosso ver tal hipótese desconsidera o fato fundamental de que o campesinato, sendo um grupo social sempre ameaçado, tem, no entanto, demonstrado uma capacidade de adaptação e resistência que se constata historicamente. Manteve-se e sobreviveu, subordinado, ao feudalismo, ao capitalismo, ao socialismo e às diversas fases de desenvolvimento por que têm passado todos estes regimes. E, para o Brasil, o argumento também é válido, pois não poucos foram os diagnósticos de liquidação do campesinato, e ele aí está, no centro da questão fundiária.

Entretanto, como vimos anteriormente, a perspectiva de acesso à terra não se mantém com a mesma força para quaisquer segmentos camponeses. Muitos deles, mesmo permanecendo na região, parecem renunciar a esta perspectiva, passando a viver do trabalho nos pequenos centros urbanos, nas empresas agropecuárias e nos garimpos, como acontece atualmente. O fato de a luta pela terra ser hegemônica na região, muito absorvente e radical, leva por vezes à minimização de outros tipos de reivindicações que se colocam e de outras formas de reação dos trabalhadores, como indicadores do potencial de mobilização. Há práticas pastorais que têm revelado, por exemplo, a capacidade de organização e luta de grupos de lavadeiras e artesãos, com ganhos efetivos para as condições dessas categorias. É muito difícil fazer considerações neste sentido acerca dos garimpeiros, devido ao pouco conhecimento que deles se tem e a ausência de práticas pastorais com relação a esta categoria. Sobre os *peões*, no entanto, já é possível perceber, a partir do próprio esforço de conhecimento realizado pela equipe pastoral de São Félix do Araguaia, os pontos mais sensíveis de suas contradições com os empregadores e seus intermediários. O não cumprimento dos contratos de trabalho, os preços extorsivos das mercadorias, a falta de assistência e transporte em caso de doença, morte e acidente, o roubo nas contas e na medição das tarefas, são alguns dos itens apontados em "O *peão* entrou na roda, ó *pião*", que mais parecem mobilizar estes trabalhadores. Tudo isto, abre sem dúvida, outras frentes de luta a serem consideradas pelo trabalho pastoral dos que atuam na região.

Referências bibliográficas

BRASIL, Leis, Decretos, etc. *Legislação previdenciária rural, Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971* . . .

———. *Legislação trabalhista, Lei nº 5889, de 8 de junho de 1973* . . .

BRASIL. Ministério do Trabalho & Ministério da Previdência Social. Grupo Tarefa da Amazônia. *Cartilha do trabalho* . . . (aprovada em 1974).

CPT. Regional Araguaia/Tocantins. Equipe Matogrossense. "O pião entrou na roda, ô pião": um apelo da peonagem na Amazônia. Goiânia, 1980. 35p.,il.

ESTERCI, Neide. Peonagem na Amazônia. *Dados* (20):125-9, 1979.

GARRIDO, IRENA. Capitais estrangeiros na Amazônia brasileira. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis (70): 3-22, nov. 1976.

GUIMARÃES, G. *Projeto Estudo dos garimpos brasileiros*. Brasília, DNPM, 1982 (mimeo).

GUIMARÃES, G., et al. *Garimpos brasileiros: da história aos fatos atuais*. Salvador, Simpósio sobre Mineralizações Auríferas no Estado da Bahia, 1981.

SALOMÃO, Elmer Prata. A força do garimpo. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, 13(2):13-20. abr./maio 1982.

———. Garimpos dos Tapajós: uma análise da morfologia e da dinâmica da produção. *Ciências da Terra* (1):38-45, nov./dez. 1981.

Relatórios

DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. *O garimpo e o ouro: relatório*. Conceição do Araguaia, 1980. 15p. mimeo.

PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA. Equipe Pastoral de Santo Antônio. *Relatório*. São Félix do Araguaia, 1892 (mimeo).

Periódicos

CARVALHO, Murilo. Memórias do inferno. *Movimento*, São Paulo (160):11, jul. 1978.

OURO: Serra Pelada paga a dívida? *Informe Amazônico*, Belém (0):1 e 4, ago. 1980.

PROMESSA tranqüiliza garimpeiros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1980.

RESISTÊNCIA. Belém, jan. 1980

SERRA Pelada: antes que cheguem as máquinas. *Coojornal*, Porto Alegre (59):25-7, nov. 1980.

SERRA Pelada produz maior pepita de ouro do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1982. p.15.

Versos e Cordéis

BELCHIOR, Nunes Rosa. *Aventura e realidade: cordel . . .*

CASALDÁLIGA, D. Pedro. *Cantigas menores.* Goiânia, Projornal, 1979.

MELLO NETO, João Cabral de. *Morte e vida Severina.* Rio de Janeiro, Ed. Sabiá, 1967.

TROVAS, Zé das. História da explicação das fazendas do Amazonas: cordel. IN: CPT. Regional Araguaia/Tocantins. Equipe Matogrossense. *"O pião entrou na roda, ô pião"*: um apelo da peonagem na Amazônia. Goiânia, 1980. p.35.

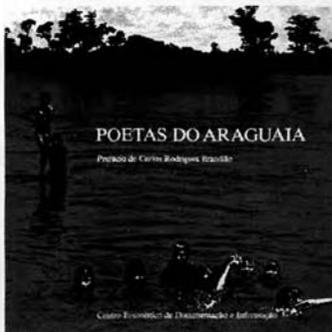
Novas Publicações do CEDI

Aconteceu (Especial 12)
POVOS INDÍGENAS
NO BRASIL/1982
108 pp. Cr\$ 1.500,00



Todas as notícias sobre os povos indígenas no Brasil no ano passado estão reunidas neste dossiê. Agrupadas por grupos indígenas, as notícias (coletadas em mais de quarenta jornais) são precedidas de comentários, "chaves de leitura" escritas por antropólogos, indigenistas, além de missionários e leigos ligados ao CIMI. Além de fotos inéditas e mapas com a localização dos grupos o ACONTECEU reúne ainda notícias e artigos sobre os seguintes temas: Índios, eleições e Partidos, Igrejas e Índios, Movimentos Indígenas, Entidades civis de apoio e outros. O ACONTECEU-Índios, publicação anual do CEDI, é uma ferramenta de trabalho indispensável para quem está comprometido ou se interessa pela luta indígena.

POETAS DO ARAGUAIA
132 pp. Cr\$ 1.500,00



TEXTOS DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS



MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO:
UMA AFIRMAÇÃO ECUMÊNICA
40 pp. Cr\$ 500,00

A CELEBRAÇÃO DA VIDA
John Poulton
Tradução adaptada de Rubem Alves
68 pp. Cr\$ 500,00

O objetivo destas publicações é serem lidas, debatidas e carregarem experiências-visões que engrossem as vozes na Assembléia do CMI em Vancouver, Canadá. Os textos de fácil compreensão cumprirão com eficiência seu propósito em nossos círculos de estudo, nas paróquias, nas CEBs e certamente nas Igrejas Evangélicas, o público preferencial das presentes publicações.



A TRANSNACIONALIZAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA E
A MISSÃO DAS IGREJAS
52 pp. Cr\$ 500,00

Texto da *Consulta Latino-Americana sobre Empresas Transnacionais* (Itaici, São Paulo, de 1 a 5 de outubro de 1980), promovida pelo Conselho Mundial de Igrejas, em colaboração com a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE).

Como diz Carlos Brandão no prefácio deste livro: "Aqui, neste lugar de bichos e índios, de posseiros e agentes de pastoral - militantes armados de palavras em luta - a poesia de poetas do povo e com o povo quer compreender a história. Quer transformar o destino da história. Quer decifrar a vida e o compromisso. Vir a ser com o posseiro, com o lavrador do Norte, um irmão de destino. Não nos iludamos. As beiras do rio estão cheias de história. Dela falam estes poetas do Araguaia. Saibamos ouvi-los."

Faça o seu pedido
ainda hoje

Preencha o cupom anexo à revista e junte à ele um vale postal ou cheque nominal a

Tempo e Presença Editora
Caixa Postal 16082
Rio de Janeiro RJ CEP 22221

no valor das publicações que
você deseja receber.

